

1º Encontro de Acção Cultural do



D
i
s
t
r
i
t
o
d
e



13

14

15



de Maio 94

P
o
r
t
a
l
e
g
r
e



COMISSÃO ORGANIZADORA:

Escola Superior de Educação do Inst. Politécnico de Portalegre
Associação de Municípios do Norte-Alentejano
Autarquias do Distrito de Portalegre:
[Alto do Chão / Arronches / Avia / Campo Maior / Castelo de Vide /
Crato / Fronteira / Gavião / Marvão / Mourão / Nisa / Póvoa de São / Portalegre]

1º Encontro de Acção Cultural do

OFERTA



D
i
s
t
r
i
t
o
d
e

P
o
r
t
a
l
e
g
r
e



13

14

15



de Maio 94



COMISSÃO ORGANIZADORA:

Escola Superior de Educação do Inst. Politécnico de Portalegre
Associação de Municípios do Norte-Alentejano
Autarquias do Distrito de Portalegre:
[Alter-do-Chão / Arcos de Zé / Arva / Campo Maior / Castelo de Vide /
Crato / Fronteira / Gerês / Marvão / Monforte / Nisa / Póvoa de Sta. Rita / Portalegre]

INDICE

Introdução.....	pág. 1
Algumas condições de partida.....	2
Afinal - Que práticas culturais?.....	4
Estratégias de difusão.....	5
Planificação e Organização.....	7
Relatório de actividades realizadas.....	9
Conclusões.....	14

Anexos A - Organização

- * Lista dos convidados/comunicantes (1)
- * Lista dos convidados/participantes (5)
- * Programa geral - divulgação (3)
- * Programa diário - informação (4)
- * Mapa de zona (1)
- * Targeta de informação - imprensa (1)
- * Recortes - imprensa (6)

Anexos B - Conclusões/actas das sessões

- * Centros Históricos e Património - 13 de Maio (2)
- * Centros Históricos e Património - 14 de Maio (1)
- * Artes, Ofícios e Tradições (2)
- * Bibliotecas, Ludotecas e Museus (2)
- * Associativismo e Sociedades de Cultura e Recreio (2)
- * Políticas de Intervenção Cultural (1)
- * Animadores de Teatro (1)
- * Animadores de Grupos Musicais (1)
- * Animadores de Artes Plásticas (1)

Anexos C - Algumas Comunicações

INTRODUÇÃO

O 1º ENCONTRO DE ACÇÃO-CULTURAL DO DISTRITO DE PORTALEGRE - reflectir sobre as práticas culturais no distrito - que teve lugar na Escola Superior de Educação de Portalegre (ESEP) em 13, 14 e 15 de Maio de 1994, foi uma iniciativa conjunta da ESEP, Associação de Municípios do Norte Alentejano e treze Autarquias do Distrito de Portalegre (Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Nisa, Ponte de Sor e Portalegre).

Procura este relatório apresentar, num primeiro momento, alguns índices significativos sobre a existência de agentes culturais em actividade no distrito e, também, a criação de objectivos comuns na rentabilização dos recursos materiais e humanos entre as Autarquias.

Apresentando as condições que favoreceram a cooperação entre a ESEP e as Autarquias e destas entre si para a realização do Encontro, sucedem-se, posteriormente, alguns dados pertinentes sobre a planificação e a estratégia de difusão do Encontro, assim como da sua concretização.

Por último, são referidos aspectos relacionados com o impacto e as perspectivas que o Encontro teve e que proporcionou junto dos participantes e de outros observadores.

ALGUMAS CONDIÇÕES DE PARTIDA PARA A REALIZAÇÃO DO 1º ENCONTRO DE ACÇÃO-CULTURAL DO DISTRITO DE PORTALEGRE:

Quando se fala em **desenvolvimento regional**, aqui e agora em Portugal, é com a percepção de que só existem duas modalidades de modernização: a do **crescimento económico** ligado ao processo tecnológico e, em última instância, à ciência. E a do progresso **qualitativo e quantitativo da democracia**, o processo político.

Não se quer entender que é possível existir um outro motor de modernização mais difícil de ser medido e potenciado, se calhar porque é imaterial, inatingível: a **dimensão cultural**, ligada à estética ou ao mundo simbólico dos sentimentos experimentados, por via duma mudança de mentalidades e de atitudes que é urgente fazer-se, por um mundo bem mais apostado na relação entre ciência, política, arte, tradição e inovação.

Foi com este sentido de contribuir para a mudança, tendo como meta novos paradigmas, que a Escola Superior de Educação de Portalegre (ESEP) enquanto pólo de desenvolvimento regional, tomou a iniciativa de avançar com um projecto desta natureza: criar condições num espaço/tempo, onde se pudesse reflectir sobre as práticas culturais existentes no distrito, na região: analisar o passado; reflectir o presente e perspectivar o futuro.

Este 1º Encontro teve como objectivo juntar representantes dos actuais agentes de intervenção cultural do distrito de Portalegre, outros que existiram (e aqui pode falar-se de alguma tradição cultural interrompida ou perdida) e outros ainda não constituídos mas que têm projectos, para falarem das realidades sócio-culturais do distrito: do que se tem feito, o que se pode e deve fazer, que compromissos devem ser assumidos. Em suma, procurou-se neste 1º Encontro, alertar para a necessidade da dimensão cultural não constituir o "parente pobre" do desenvolvimento regional.

Foi intenção da ESEP, ao organizar este Encontro, partilhar a sua dinâmica e responsabilidades e, neste contexto, convidou as Câmaras Municipais para fazerem parte da Comissão Organizadora; entendemos que só o Poder Local detecta o que é mais pertinente, como se pode solucionar e quais as iniciativas que se devem promover.

Por acharmos que a Cultura é um dos grandes vectores de modernização, apelámos para a participação neste Encontro dos Agentes Culturais de todo o distrito de Portalegre e, ao fazê-lo, pensámos estar a contribuir para a diminuição do défice de desenvolvimento cultural da região. Afinal, seriam os próprios intervenientes a discutirem e eventualmente a darem respostas às suas intervenções na Acção-Cultural.

Se tivéssemos que escolher verbos do léxico português, que representam os objectivos deste 1º Encontro de Acção - Cultural, escolheríamos de imediato *intervir, animar e transformar*. Esta trilogia reenvia-nos para cinco pontos essenciais da intervenção cultural:

1. Desenvolver a criação cultural e artística e o património cultural.
2. Desenvolver as aptidões de cada homem para uma acção-cultural e educativa adequada e activa.
3. Assegurar a cada um, sem discriminação alguma, o pleno exercício da liberdade de pensamento e de expressão.
4. Promover a participação de todos na formação e na realização de projectos culturais e comunitários.
5. Finalmente, estimular o sentido da solidariedade e da cooperação.

Esta dimensão da Intervenção Cultural só surgirá com bastante operacionalidade, se as Autarquias do Distrito de Portalegre colocarem de lado as querelas partidárias, deixarem de se preocupar só com a sua área

territorial e perceberem que a região é um território cultural comum, onde é preciso intervir para salvaguardar. Assim, numa junção de esforços, reciprocidade e cooperação, deverão rentabilizar os seus recursos materiais e humanos, numa perspectiva de desenvolvimento cultural da região.

O papel duma instituição de ensino superior, como é o caso da ESEP, foi o de acompanhar cientificamente este projecto no âmbito da sociologia, da antropologia e da arte, através das intervenções sistematizadas e pertinentes, tanto dos moderadores dos vários painéis e animadores dos ateliers de arte, como dos especialistas de reconhecido mérito, convidados especialmente para estarem presentes durante os três dias no Encontro como comunicantes e intervenientes.

AFINAL - QUE PRÁTICAS CULTURAIS?

Do que nos é dado observar, a região é extremamente rica na sua dimensão cultural, devido naturalmente às suas características diversificadas e que têm a ver com processos sociológicos de transição, isto é, com a passagem de planície a serra numa forma extremamente harmoniosa, de tal modo, que os seus hábitos, a sua cultura de uma forma mais globalizante, são uma miscenização dos costumes Alentejanos e alguns já da Beira Interior, mormente a linguagem por exemplo.

Esta originalidade, dá à região uma riqueza cultural absolutamente detectável de concelho para concelho. Basta olharmos o mapa da região, para verificarmos concelhos limítrofes aos distritos de Évora (o nosso Alentejo), de Santarém (o Ribatejo) e Castelo Branco (Beira Interior), não esquecendo a realidade que é a saudável e rica vizinhança com a Extremadura Espanhola.

É este tecido sócio-cultural que nos permite "confrontar" salutarmente e nos permite olhar sem paternalismos para o quadro cultural da região. O folclore (danças e cantares genuínos); a tradição oral e as lendas; a história e o património cultural e ambiental; a gastronomia; as medicinas alternativas; as Bandas Filarmónicas, são no fundo as grandes práticas culturais do quotidiano destas gentes, manifestadas de resto pela presença significativa de participantes destas áreas no Encontro.

Foi interessante verificar dois tipos de necessidades sentidas pelos agentes culturais da região: primeiro, a de mostrarem a sua enorme riqueza cultural, o seu empenhamento de a preservar, de a engrandecer. Segundo, mostrarem a grande capacidade de recepção das suas gentes ao contemporâneo, ao actual, ao moderno, à dimensão mais universalista da arte e da cultura.

É esta constatação de vida entre o passado e o presente, entre o que se vê e o que se sente, que o futuro poderá ser Sujeito de mudanças; basta aparecerem apetências e vontade de actuar. Assim, surgirão novos grupos! Concluiremos que para além de se investir na salvaguarda do que é raiz popular e de dimensão mais local e regional, deve-se proporcionar também condições de usufruto daquilo que é mais universal.

ESTRATÉGIAS DE DIFUSÃO DO ENCONTRO

Num primeiro momento a Comissão Organizadora pensou que era importante uma divulgação a nível nacional por duas razões:

1ª - A originalidade da sua estrutura organizativa (uma instituição de ensino superior - Escola Superior de Educação de Portalegre e a quase da

totalidade das Autarquias do Distrito de Portalegre - exceptuando Elvas e Sousel).

2ª - Por ser um tema importante do Desenvolvimento Regional, este, o da Acção-Cultural e normalmente ignorado ou bastante subalternizado.

Face ao orçamento reduzido para o Encontro e tendo em conta que esta divulgação a nível nacional sairia bastante cara, optou-se exclusivamente pela imprensa regional.

Assim cada Autarquia comprometeu-se a divulgar o acontecimento na sua imprensa local, caso houvesse. Parece-nos que esta proposta da Comissão Organizadora não funcionou, por alguma falha de comunicação. Em Portalegre, a ESEP tomou algumas iniciativas nesta área:

Participámos em duas entrevistas/conversas informais nas rádios locais (Fonte Nova e Portalegre) na ante-penúltima e penúltima semanas antes da realização do Encontro. Estas estações na última semana colocaram no ar alguns excertos da nossa entrevista, o que permitiu actualizar a informação e o acontecimento.

Também a imprensa escrita esteve ao lado da iniciativa. O *Distrito de Portalegre* de 22 de Abril editou na íntegra o Programa Provisório e o do dia 20 de Maio, fez um enorme trabalho de informação, como resultado do seu acompanhamento diário no decorrer do Encontro.

O *Fonte Nova* do dia 28 de Abril, fez uma pequena notícia sobre o Encontro, anunciando sobretudo a data em que este iria decorrer e prometendo que antes da sua realização faria um artigo de fundo. Tal veio acontecer no dia 12 de Maio num artigo intitulado "Uma pedra no charco", onde anunciava o

programa do Encontro e evidenciava a pertinência deste, num momento em que se fala muito de desertificação.

Ficou também decidido fazer-se um cartaz. Face a uma colecção de sugestões elaborada pelos alunos de E.V.T. da ESEP e submetida à apreciação da Comissão Organizadora, escolheu-se aquele que parecia sintetizar o espírito do Encontro. Após a edição do cartaz - 100 exemplares - distribuíram-se equitativamente pelas Autarquias, com o intuito destas fazerem a promoção do Encontro.

PLANIFICAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ENCONTRO

O 1º Encontro de Acção-Cultural do Distrito de Portalegre realizado nos dias 13, 14 e 15 de Maio de 1994 nas instalações da Escola Superior de Educação de Portalegre (ESEP), tratou-se de uma organização conjunta: da Escola Superior de Educação de Portalegre do Instituto Politécnico de Portalegre, da Associação de Municípios do Norte Alentejano e de treze Autarquias do Distrito de Portalegre (Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Nisa, Ponte de Sor e Portalegre)

Esta organização conjunta traduziu-se na realização de seis reuniões em que foram discutidos e aprovados - entre a ESEP e as Câmaras - os pressupostos, os objectivos, a estrutura e a concretização do Encontro.

A intervenção por parte da ESEP, consubstanciou-se:

- * na iniciativa da realização do Encontro;
- * na convocação e dinamização das reuniões com os representantes dos pelouros da Cultura das Câmaras do distrito;

- * na elaboração das sínteses das reuniões;
- * no contacto com individualidades que pudessem dar contributos sobre temas mais gerais da Acção-Cultural;
- * na animação de um conjunto de ateliers de formação: no domínio do teatro, da música e das artes plásticas;
- * na animação do programa sócio-cultural do Encontro;
- * no apoio logístico (elaboração de textos, fotocópias, etc.) e em termos de instalações.

Da parte das Autarquias envolvidas na realização deste 1º Encontro, a intervenção consistiu:

- * na inventariação das realidades sócio-culturais mais significativas de cada concelho;
- * na escolha:
 - dos comunicantes sobre as referidas realidades sócio-culturais locais;
 - dos formandos para os ateliers de formação;
 - dos agentes culturais locais que garantiram a animação do programa cultural do Encontro;
 - da individualidade da Autarquia para a Mesa-Redonda sobre "Políticas de Intervenção Cultural";
 - das participações permanentes das respectivas Câmaras no Encontro;
- * no apoio:
 - financeiro;
 - e no transporte das respectivas delegações;
- * na oferta de elementos de divulgação (folhetos, postais, etc.) dos respectivos concelhos, incluídos na Pasta do Encontro.

Procurou-se neste Encontro criar um espaço de reflexão e de debate sobre a realidade cultural do distrito, a partir da experiência acumulada pelos diferentes concelhos.

As conclusões dos Painéis, dos Ateliers de Formação e da Mesa-Redonda, que se juntam em anexo, autorizam-nos a afirmar que aquele objectivo fundamental do Encontro foi atingido.

Poderemos dizer também que, apesar das fortes chuvas que se fizeram sentir no distrito, o Encontro teve uma média de 150 pessoas por dia, sendo certo que o fluxo de concentração esteve situado no 1º e último dias.

Queremos deixar aqui também registada a colaboração da Caixa Geral de Depósitos que nos ofereceu a Pasta do Encontro e dos Cafés Delta que colocaram à disposição dos congressistas, o café indispensável nestes momentos.

RELATÓRIO DAS ACTIVIDADES REALIZADAS

Participaram no Encontro personalidades convidadas pela Comissão Organizadora, docentes da ESEP, representantes das Autarquias e Agentes Culturais por estas designados, num total de cerca 150 pessoas.

As actividades, que decorreram nos dias 13, 14 e 15 de Maio, integraram:

- a) Comunicações seguidas de debate
- b) Painéis
- c) Ateliers de Formação
- d) Mesa-Redonda
- e) Programa Cultural

f) Programa Social

A. Comunicações

A cargo de individualidades de reconhecida competência nas temáticas abordadas, as Comunicações pretenderam enquadrar teoricamente as actividades do Encontro, problematizando os pressupostos dos conceitos e práticas a debater e apresentar.

Seguidas, na sua maioria, de vivo diálogo com a assistência, constituíram um momento significativo do Encontro, pelos assuntos expostos e pela troca de opiniões que proporcionaram.

Pela ordem da sua apresentação, seguem os títulos das Comunicações e os respectivos autores:

1. **"A Cultura e o quotidiano - uma análise sócio-antropológica"** - Dr. Carlos Brandão, Presidente da Comissão Instaladora da ESEP.
2. **"Cultura local Que objectivos?"** - Dr. João Transmontano, Presidente da Associação de Municípios do Norte Alentejano.
3. **"As tradições na encruzilhada - uma reflexão sobre o Património Cultural para os anos 90"** - Dr. Helder Pacheco.
4. **"Memória do Distrito de Portalegre e a sua etnoliteratura"** - Dr^a Maria Aliete Galhoz.
5. **"A Cultura Popular Tradicional no final do século e do milénio"** - Dr. Tomás de Ribas.

B. Painéis

Realizaram-se cinco Painéis, cujos títulos, moderadores e participantes a seguir se indicam. As Conclusões, apresentadas em plenário na sessão de encerramento dos trabalhos, integram as Actas do Encontro.

1. Centros Históricos e Património (13/Maio)

moderador: Dr. Domingos Bucho (ESEP);

intervenções: Arq. João Videira (C. M. Évora); Arq. Luís Pedro (C.M. Nisa);
Dr. José Pinheiro (A. M. Fronteira).

2. Centros Históricos e Património (14/Maio)

moderador: Arq. José Manuel Clemente (ESEP);

intervenções: Dr. António Brazão Ferreira (C.M. Alter do Chão); Dr. José Dinis Murta (C. M: Nisa); Dr. José Inácio Militão da Silva (C.M.Monforte).
(Estas intervenções foram acompanhadas pela projecção de diapositivos referentes ao património em questão).

3. Bibliotecas, Ludotecas e Museus

moderador: Dr^a Isabel Vila Maior (ESEP);

intervenções: Dr^a Lucília Candeias (C.M.Nisa); Dr. João Ruas (Bibliot. C.M. Campo Maior); Sr. Carlos Boléu Mendes (Bibliot. Gulbenkian - Ponte de Sor); Sr. Bento José Semedo (Bibliot. C.M.Nisa); Dr^a Lucinda Candeias (ESEP).

4. Artes, Ofícios e Tradição

moderador: Dr. Carlos Garcia de Castro (ESEP);

Intervenções: Dr^a M^a José Almeida (E.B. 2/3 - Nisa); D. Maria do Carmo Louro (C.M.Nisa); Dr. José Militão (C.M.Monforte); D. Joaquina Espadinha (Prof^a Ens. Recorrente).

5. Associativismo e Sociedades de Cultura e Recreio

moderadores: Drs. Avelino Bento e Hermenegildo Correia (ESEP);

intervenções: Eng. Feliciano David (Pres. Fed. Portug. Colect. Cult. e Recreio); representantes das Câmaras Municipais de Arronches, Avis, Nisa e Ponte de Sor.

C. Ateliers de Formação

Paralelamente às actividades já mencionadas, funcionaram três ateliers de *formação para animadores teatrais, musicais e de artes plásticas*, orientados respectivamente pelo actor José Mascarenhas da Comp. de Teatro de Portalegre e Drs. M^ª João Reis, Augusto Vintém, Conceição Cordeiro e João Pires, da ESEP.

O balanço das actividades foi positivo, tendo sido salientada pelos formandos a necessidade de continuar e aprofundar iniciativas deste género.

As Conclusões do trabalho dos Ateliers, apresentadas também em Plenário, são incluídas nas actas.

D. Mesa-Redonda

Na manhã do último dia do Encontro teve lugar uma Mesa-Redonda, subordinada ao tema "**Políticas de Intervenção Cultural**".

moderador: Dr. Avelino Bento (ESEP);

intervenções: responsáveis pelos Pelouros da Cultura da maioria das Autarquias do distrito.

As Conclusões desta Mesa-Redonda, serão também integradas em Actas do Encontro.

E. Programa Cultural

A concluir os dois primeiros dias de trabalho, teve lugar um Programa Cultural da responsabilidade das Autarquias, à excepção da exposição de papagaios de papel, organizada pela ESEP.

Foram as seguintes as actividades culturais:

1. Espectáculo pela Companhia de Teatro de Portalegre, realizado no Convento de Santa Clara, com o original de Norberto D' Ávila "Os Doze Mandamentos".
2. Concerto pela Banda Filarmónica de Nisa, que este ano comemora o seu 150º aniversário, no auditório da ESEP.
3. Actuação do Grupo de Realejos de Montargil, no mesmo local.
4. Actuação do Grupo de Cantares de Monforte, também no auditório da ESEP.
5. Inauguração da exposição de papagaios de papel, construídos pelos alunos do Curso de Professores do 2º Ciclo do Ensino Básico, variante de Educação Visual e Tecnológica da ESEP.

F. Programa Social

1. A Comissão Organizadora do Encontro ofereceu no refeitório da Escola Superior de Educação de Portalegre, um jantar aos representantes das Autarquias e às individualidades convidadas para participarem no Encontro.
2. Durante os três dias do Encontro funcionou um serviço gratuito de bar no Salão Nobre da Escola, à disposição dos participantes, constituindo também um local de convívio entre todos os intervenientes.

CONCLUSÕES

A realização do 1º Encontro de Acção-Cultural vem na sequência e da necessidade, sentida pela Escola Superior de Educação de Portalegre, de contribuir para o desenvolvimento do conceito "região", partindo da ideia que **região é um território cultural comum**.

Partindo-se então deste pressuposto, seria possível juntar a maioria das Autarquias do Distrito de Portalegre num projecto comum, direccionado para as questões do desenvolvimento cultural e artístico e do património cultural da região, convictos que o grau de disponibilidade e colaboração se fizesse sentir numa forma satisfatória, o que veio a confirmar-se.

Assim, realizou-se o Encontro. Procurou-se nele criar um espaço de reflexão e de debate sobre a realidade cultural do distrito, a partir da experiência acumulada pelos diferentes concelhos.

Creemos que este objectivo foi alcançado, se tivermos presente as conclusões dos painéis, dos ateliers de formação e da mesa-redonda; mas há ainda uma caminhada importante a percorrer. Como é afirmado numa das conclusões da Mesa-Redonda sobre Políticas de Intervenção Cultural, as questões de política cultural local, dizem respeito a uma **diversidade** de protagonistas, designadamente as Escolas.

A continuidade deste tipo de iniciativas passa também por uma colaboração maior e mais sistemática, entre as instituições educativas, sócio-culturais e o poder local.

ANEXOS A

ORGANIZAÇÃO

CONVIDADOS COMUNICANTES

- * Dr. Carlos Brandão
Antropólogo - Presidente da Com. Inst. da ESEP

- * Dr. João Transmontano Miguéns
Presidente da Associação de Municípios do Norte-Alentejano

- * Dr Helder Pacheco
Sociólogo - especialista em Património Sócio-Cultural

- * Arqtº João Videira
Núcleo do Centro Histórico da Câmara Municipal de Évora

- * Drª Maria Aliete Galhoz
CTPP da Universidade de Lisboa

- * Dr. Tomaz Ribas
Etnólogo - Chefe de Divisão de Etnologia e Folclore do Inatel

- * Eng. Feliciano David
Presidente da Fed. Portuguesa de Colect. de Cultura e Recreio

CONVIDADOS/PARTICIPANTES DAS AUTARQUIAS

Câmara Municipal de Alter do Chão:

Presidente - António Hemetério Airoso Cruz

Vereadores - José Casimiro Miranda dos Reis

Eng. José Filipe Rosado e Silva

João Manuel Carita Pista

Drª Maria Eugénia Palha Marques Ferreira

Dr. António Manuel Brazão Ferreira - comunicante

Drª Maria Cecília Saloio Rosalino

6 formandos - Ateliers de Teatro e Música

Câmara Municipal de Arronches:

Vereadora da Cultura

Prof. Daniel Balbino - comunicante

6 formandos - Ateliers de Teatro- Música - Artes Plásticas

Câmara Municipal de Avis:

Vereador da Cultura Dr. Nuno Pires da Silva

Profª Joaquina Espadinha - comunicante

Fernandino Lopes - comunicante

Maria Luisa Coelho - comunicante (Vereadora)

Carlos Vieira

António José Calhau

João V. Madeira

Maria do Rosário

Helóisa Pereira da Luz

Formandos

Francisco José Carrajeta
José João Guilherme
Margarida Sádio
Maria do Céu Meneses
Margarida Madeira
Angélica Almeida Silveira

Câmara Municipal de Campo Maior:

Presidente
Vereador Francisco Fonenga
Dr. João Ruas - comunicante
Silveirinha - comunicante
Maria de Fátima Batuca Lopes
João Miguel Nora Cachola
José Marchã Orelhas

} Formandos

Câmara Municipal de Castelo de Vide:

representante da Autarquia
Maria Antónia Borba
Carlos Batista
José Carlos Tapadejo
Avelino Roque

} Formandos

Câmara Municipal do Crato:

Presidente Manuel António S. Ferreira
Vereação

Câmara Municipal de Fronteira:

Presidente Dr. Pedro Namorado Lancha

Vereação

Dr. José Letras Pinheiro - comunicante

José Manuel Ourelo - comunicante

Câmara Municipal de Gavião:

Vereador Jorge Martins

Paulo Manuel Alfaiate Pires } Formandos

Carlos Manuel Barata Grácio }

Câmara Municipal de Marvão:

Presidente António Moura Andrade

Vereador da Cultura José Luis Murta Ruivo

Câmara Municipal de Monforte:

Vereadora da Cultura - Profª Mª d'Assunção F. Sardinha

Dr. António José Vilhena Diegues - comunicante

Dr. José Inácio Silva Militão - comunicante

Teresa de Jesus Cunha Sardinha

João António Velez Pires

Jorge Manuel Laranjeiro Godinho } Formandos

Ana Rosa Cid Carreiras }

Manuel Domingos M. Pedras }

Câmara Municipal de Nisa:

Presidente - Dr. José Manuel Basso (interveniente)

Presidente da Assembleia Municipal

Drª Ermelinda Martins

Dr^a Esmeralda Almeida - comunicante
 Dr^a Lucinda Candeias - comunicante
 Dr^a Maria José Almeida - comunicante
 Maria do carmo V. Louro - comunicante
 Prov. Manuel Temudo Barreto
 João Francisco Lopes - comunicante
 António Maria Charrinho
 Arqt^o Luis Pedro - comunicante
 Bento José Semedo - comunicante
 Prof. Manuel Vences Cordeiro - comunicante
 Dr. José Dinis murta - comunicante
 6 formandos em Ateliers de Teatro - Música - Plástica

Câmara Municipal de Ponte de Sor:

Presidente Dr. João José Carvalho Taveira Pinto
 Dr^a Isabel Fernanda Ferreira Norte - comunicante
 Carlos Alberto Bolêu Mendes - comunicante
 Prof. João Manuel Jacinto Espadinha - comunicante
 Luis Manuel - comunicante
 António Manuel A. C. Mendes - comunicante
 Lino Mendes - comunicante
 Paulo Lourenço - comunicante
 Dr^a Judite Braz da Costa Álvares
 Prof^a Ligia Braz
 Marta Brites
 Manuel Semedo
 Luis Manuel Pina Rodrigues
 2 representantes da Esc. Sec. Ponte de Sor

Formandos

Câmara Municipal de Portalegre:

Presidente - Dr. João Transmontano O. Miguéns

Vereador da cultura - José Barradas

Padre Bonifácio dos S. Bernardo

Padre Patrão

Dr. Martins dos Santos

Drª Izilda Garraio

Drª Maria Guadalupe Transmontano

D. Maria Transmontano

Dr. Leonel Cardoso Martins

Bárbara Walraven

Bert Holuast

Dr. Jorge Santos

Profª Conceição Fryxell

1º ENCONTRO DE ACÇÃO-CULTURAL DO DISTRITO DE PORTALEGRE

13 - 14 - 15 DE MAIO DE 1994

PROGRAMA

13 de Maio de 1994 - 6ª Feira

Manhã:

- 10.00H: **Recepção e Boas Vindas** (Presidentes do IPP, ESEP, AM, CO, AUTORIDADES CIVIS, MILITARES e RELIGIOSAS)
- 10.30H: **PLENÁRIO:** (Comunicações)
Tema: *"A Cultura e o Quotidiano: uma análise sócio-antropológica"* - Dr. Carlos Brandão (Pres. da ESEP)
Debate
- 11.30H: Pausa (café)
- 11.45H: *"Cultura Local! Que objectivos?"* - Presidente da Associação de Municípios do Norte-Alentejano
Debate
- 12.30H: Almoço

Tarde:

- 14.30H: **PLENÁRIO:** (Comunicação)
Tema: *"As tradições na encruzilhada - uma reflexão sobre o Património Cultural para os anos 90"*
Comunicante: Dr. Helder Pacheco
Debate
- 15.45H: Pausa (café)
- 16.00H: **PAINÉIS:**
- I - *Centros Históricos e Património* (participação do Núcleo do Centro Histórico da Câmara M. de Évora)
moderador: Dr. Domingos Bucho
 - II - *Bibliotecas/Ludotecas e Museus*
moderadora: Drª Isabel Vila-Maior

Tarde:

- 14.30H: **ATELIERS - FORMAÇÃO**
- I - Animadores Teatrais
 - II - Animadores Musicais
 - III - Animadores de Artes Plásticas

PROGRAMA CULTURAL:

- 18.30H: Abertura da Exposição de papagaios de papel, construídos pelos alunos da ESE
- 21.30H: Companhia de Teatro de Portalegre - ("Os Doze Mandamentos")

14 de Maio de 1994 - Sábado

Manhã:

09.30H: PLENÁRIO: (Comunicação)

Tema: *"Memória do distrito de Portalegre e a sua Etno-literatura"*

Comunicante: Dr^a Maria Aliete Galhoz
(CTPP da Universidade de Lisboa)

Debate

10.45H: Pausa (café)

11.00H: PAINEL

I - Artes, Ofícios e Tradição

moderador: Dr. Carlos G. Castro

II - Centros Históricos e Património

moderador: Arqt^o José M. C. Coelho

12.30H: Almoço

Manhã:

09.30H: ATELIERS - FORMAÇÃO

I - Animadores Teatrais

II - Animadores Musicais

III - Animadores de Artes

Plásticas

Tarde:

14.30H: PLENÁRIO: (Comunicação)

Tema: *"A Cultura Popular Tradicional, no final do século e do milénio"*

Comunicante: Dr. Tomaz Ribas

Debate

15.45H: Pausa (café)

16.00H: PAINÉIS:

I - Artes, Ofícios e Tradição

moderador: Dr. Carlos G. Castro

II - Associativismo e Sociedades de Cultura e Recreio

(participação da Fed. Portuguesa de Colect. de Cultura e Recreio)

moderadores: Dr. Avelino Bento e Dr. Hermenegildo Correia

Tarde:

14.30H: ATELIERS - FORMAÇÃO

I - Animadores Teatrais

II - Animadores Musicais

III - Animadores de Artes

Plásticas

PROGRAMA CULTURAL

18.00H: Concerto pela Banda Filarmónica de Nisa (a festejar o seu 150º aniversário)

18.45H: Danças e Cantares da Região (Rancho Folclórico de Castelo de Vide; Grupo de Realejos de Montargil e Grupo de Cantares de Monforte).

20.00H: Jantar na ESEP (convidados da Comissão Organizadora)

15 de Maio de 1994 - Domingo

Manhã:

09.30H: MESA-REDONDA

Tema: " *Políticas de Intervenção Cultural* "

Intervenientes: Responsáveis pelos Pelouros da Cultura de cada Concelho

Moderador: Dr. Avelino Bento

10.45H: Pausa (café)

11.00H: Continuação da Mesa-redonda

12.30H: Almoço

Manhã:

09.30H: ATELIERS - FORMAÇÃO

- I - Animadores Teatrais
- II - Animadores Musicais
- III - Animadores de Artes Plásticas

Tarde:

14.30H: PLENÁRIO:

Apresentação de conclusões dos Painéis, Mesa Redonda e Ateliers de Formação.
Encerramento do Encontro.

(Presença da Comissão Organizadora, Presidentes do IPP, ESEP, AM e representante da Secretaria de Estado da Cultura)

ORGANIZAÇÃO CONJUNTA: *ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE, ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS DO NORTE-ALENTEJANO, E TREZE AUTARQUIAS DO DISTRITO DE PORTALEGRE (ALTER DO CHÃO - ARRONCHES - AVIS - CAMPO MAIOR - CASTELO DE VIDE - CRATO - FRONTEIRA - GAVIÃO - MARVÃO - MONFORTE - NISA - PONTE DE SOR - PORTALEGRE)*

Colaboração: Cafés Delta; Caixa Geral de Depósitos; Companhia de Teatro de Portalegre.

PROGRAMA DE 13 DE MAIO

10.00H - Anfiteatro - Abertura Oficial pelo Sr. Presidente do IPP

10.30H - PLENÁRIO (Comunicações)

- Dr. Carlos Brandão - "A Cultura e o Quotidiano..."

debate

pausa/café

- Dr. João Trasmontano - "A análise política sobre a Cultura Local"

14.30H - PLENÁRIO (Comunicação)

- Dr. Helder Pacheco - "As tradições na encruzilhada..."

debate

pausa/café

16.00H - PAINÉIS

* Anfiteatro - *CENTROS HISTÓRICOS E PATRIMÓNIO*

- Arqtº João Videira - Núcleo do Centro Histórico da C.M. Évora

- Dr. José Letras Pinheiro - Fronteira "O Património Cultural..."

- Arqtº Luis Pedro (GTL Nisa) - "Centro Histórico de Nisa..."

* Sala 6 - *BIBLIOTECAS/LUDOTECAS E MUSEUS*

- Dr. João Ruas - Campo Maior "Bibliotecas Municipais..."

- Maria Luisa Coelho - Avis - "A utilização dos museus como..."

- Bento José S. Semedo - Nisa (Técnico Biblioteca Municipal)

- Drª Lucília Candeias - Nisa - "Ludoteca - um espaço para brincar"

- Carlos Alberto Bolêu Mendes - Ponte de Sor - "Bibliotecas..."

- Drª Lucinda Candeias - Resp. do C. Doc./ESEP - "Centros de Recursos..."

- Prof. João Manuel J. Espadinha - Ponte de Sor

- Prof. Manuel Vences Cordeiro - Nisa - "Biblioteca Municipal..."

14.30 - ATELIERS DE FORMAÇÃO

- TEATRO (Ginásio) - Drª Maria João Reis - ESEP

- MÚSICA (Sala de Música) - Dr. Augusto Vintém - ESEP

- PLÁSTICA (Sala Ed. Visual) - Drs. Conceição Cordeiro e João Pires

PROGRAMA CULTURAL

18.30 - Abertura da exposição dos papagaios de papel - túnel da ESE

21.30 - Teatro pela Companhia de Teatro de Portalegre - Convento de Stª Clara

Colaboração: Cafés Delta; Caixa Geral de Depósitos; Teatro de Portalegre

PROGRAMA DE 14 DE MAIO

09.30H - PLENÁRIO (Comunicação) Anfiteatro

- Drª Maria Aliete Galhoz - "Memórias do Distrito de Portalegre..."

debate

pausa/café

11.00 H - PAINÉIS

* Sala 6 - ARTES, OFÍCIOS E TRADIÇÕES

- Dr. José Inácio Silva Militão - Monforte - "Artesanato e a sua preservação..."

- Drª Maria José Almeida (PrP EB 2-3 Nisa) - "Recolha de Lendas no Concelho..."

- Drª Esmeralda Almeida (veterinária CMNisa) - "O queijo de Nisa- Arte e tradição..."

- José Mamel Ourelo - Fronteira - "Teatro de Amadores - uma experiência..."

* Anfiteatro - CENTROS HISTÓRICOS E PATRIMÓNIO

- Dr. António M. Brazão Ferreira - Alter do Chão - "Centros Históricos no Alentejo..."

- Dr. António José Vilhena Diegues - Monforte - "A intervenção no Património..."

- Drª Isabel Fernanda Ferreira Norte - Ponte de Sor

- Dr. José Dinis Murta - Nisa - "Património Cultural de Nisa - Que intervenção?"

14.30H - PLENÁRIO (Comunicação) - Anfiteatro

- Dr. Tomaz Ribas - "A Cultura Popular Tradicional no final do século e do milénio"

debate

pausa/café

16.00H - PAINÉIS

* Sala 6 - ARTES, OFÍCIOS E TRADIÇÕES

- Profª Joaquina Espadinha - Avis - "O papel da formação profissional na recuperação..."

- Maria do Carmo V. Louro - "Revitalização da Arte Popular - Artesanato de Nisa"

- Luís Manuel - Ponte de Sor - "Escolas de Música - Orquestra de Ponte de Sor..."

- António Manuel A.C. Mendes - Ponte de Sor

* Anfiteatro - ASSOCIATIVISMO E SOCIEDADES DE CULTURA E RECREIO

- Eng. Feliciano David - Pres. Federação Portug. Colectividades de Cultura e Recreio

- Lúcio Mendes - Montargil - "O associativismo e o Grupo de Promoção Sócio-Cultural"

- Prof. Daniel Balbino - Arronches - "Os Centros Republicanos e a Cultura"

- Ferdinandino Lopes - Avis - "A Casa de Cultura de Avis - uma experiência"

- João Francisco Lopes - Nisa - "A Banda de Música de Nisa - 150 anos de vida"

- Paulo Lourenço - Montargil

- Luís Silveirinha - Campo Maior - "O Movimento Associativo e as Artes Plásticas"

Colaboração: Cafés Delta; Caixa Geral de Depósitos; Teatro de Portalegre

(Continua)

(Continuação)

ATELIERS DE FORMAÇÃO

09.30H - TEATRO (Ginásio) - Dr. Maria João Reis - ESEP

MÚSICA (Sala de Música) - Dr. Augusto Vintém - ESEP

PLÁSTICA (Sala Ed. Visual) - Drs. Conceição Cordeiro e João Pires - ESEP

14.30H - TEATRO (Ginásio) - Dr. José de Mascarenhas - Teatro de Portalegre

MÚSICA (Sala de Música) - Dr. Augusto Vintém - ESEP

PLÁSTICA (Sala Ed. Visual) - Drs. Conceição Cordeiro e João Pires - ESEP

PROGRAMA CULTURAL

18.00H - Concerto pela Banda Filarmónica de Nisa (a festejar o seu 150º aniversário)

18.45H - Danças e Cantares da Região (Rancho Folclórico de Castelo Vide; Grupo de Realejos de Montargil e Grupo de Cantares de Monforte)

20.00H - Jantar na ESEP (convidados da Comissão Organizadora)

PROGRAMA DE 15 DE MAIO

09.30H - **Anfiteatro - MESA-REDONDA**

Participantes:

Presidente da Câmara de Alter do Chão

Presidente ou Vereador da Câmara de Arronches

Vereador da Cultura da Câmara de Avis

Presidente ou Vereador da Câmara de Campo Maior

Vereador da Cultura da Câmara de Gavião

Vereador da Cultura da Câmara de Marvão

Vereadora da Cultura da Câmara de Mourão

Presidente da Câmara de Nisa

Vereador da Cultura da Câmara de Portalegre

Presidente da Câmara de Ponte de Sor

11.15H - pausa/café

11.30H - debate

09-30 - **ATELIERS DE FORMAÇÃO**

TEATRO (Ginásio) - Dr. José de Mascarenhas - Teatro de Portalegre

MÚSICA (Sala de Música) - Dr. Augusto Vintém - ESEP

PLÁSTICA (Sala Ed. Visual) - Drs. Conceição Cordeiro e João Pires - ESEP

14.30H - **Anfiteatro - PLENÁRIO**

Conclusões de todos os Painéis e Ateliers de Formação.

Encerramento feito pelo Sr. Prof. Doutor Fortunato Queiroz, Presidente do IPP.

**Colaboração : Cafés Delta; Caixa Geral de Depósitos;
Companhia de Teatro de Portalegre.**

***1º ENCONTRO DE ACÇÃO-CULTURAL
DO DISTRITO DE PORTALEGRE
13 - 14- 15- DE MAIO DE 1994***

ORGANIZAÇÃO CONJUNTA: ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE, ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO NORTE-ALENTEJANO E AUTARQUIAS DO DISTRITO DE PORTALEGRE (ALTER DO CHÃO - ARRONCHES - AVIS - CAMPO MAIOR - CASTELO DE VIDE - CRATO - ELVAS - FRONTEIRA - GAVIÃO - MARVÃO - MONFORTE - NISA - PONTE DE SOR - PORTALEGRE - SOUSEL).

OBJECTIVO: REFLECTIR SOBRE AS PRÁTICAS CULTURAIS DO DISTRITO DE PORTALEGRE.

PARTICIPANTES: RESPONSÁVEIS AUTÁRQUICOS PELOS PELOUROS DA CULTURA; AGENTES CULTURAIS DO DISTRITO, NÚCLEO DO CENTRO HISTÓRICO DA CÂMARA DE ÉVORA, INATEL, FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE COLECTIVIDADES DE CULTURA E RECREIO E ESPECIALISTAS CONVIDADOS.

METODOLOGIA: PLENÁRIOS, ATELIERS DE FORMAÇÃO, PAINÉIS, MESAS REDONDAS E PROGRAMA SÓCIO-CULTURAL.

LOCAL: ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO

A COMISSÃO ORGANIZADORA

O Distrito de Portalegre

REVISTA DE MANHÃ - JANEIRO - MARÇO - 22 - ABRIL - 2 - SEMANÁRIO - SEXTAS-FEIRAS - Nº 638 - 7500

1º. Encontro de Acção-Cultural do Distrito de Portalegre

13 - 14 - 15 DE MAIO DE 1994

Organização Conjunta: Escola Superior de Educação Instituto Politécnico de Portalegre, Associação de Municípios do Norte-Alentejano e Autarquias do Distrito de Portalegre (Alter do Chão - Arronches - Avis - Campo Maior - Castelo de Vide - Crato - Elvas - Fronteira - Gavião - Marvão - Monforte - Nisa - Ponte de Sor - Portalegre - Sousel).

Objectivo: reflectir sobre as práticas culturais do Distrito de Portalegre.

Participantes: Responsáveis Autarquias pelos Pelouros de Cultura, Agentes Culturais do Distrito, Núcleo do Livro Histórico da Câmara de Évora, INATEL, Federação Portuguesa de Colectividades de Cultura e Recreio e Especialistas Convidados.

Metodologia: Plenários, Ateliers de Formação, Painéis, Mesa Redonda e programa Sítio-Cultural.
Local: Escola Superior de Educação.

PROGRAMA PROVISÓRIO 13 de Maio - 6ª. Feira

MANHÃ

09.00h.: Recepção e Boas Vindas (Presidência do IPP, ESEP, AM, CO, AUTORIDADES CIVIS, MILITARES e EJOIOSAS)

09.30h.: PLENÁRIO: (Comunicações)
Tema: "A Cultura e o Quotidiano: uma análise etno-

antropológica" - Dr. Carlos Branquinho (Pres. do ESEP)

Debate

11.30h.: Pausa (café)

11.45h.: "Cultura Local! Que objectivos?" - Presidente da Associação de Municípios do Norte-Alentejano

Debate

12.30h.: Almoço.

TARDE

14.30h.: PLENÁRIO: (Comunicação)

Tema: "As tradições na encruzilhado - uma reflexão sobre o património Cultural para os anos 90"

Comunicante: Dr. Helódio Pacheco

Debate

ATELIERS - FORMAÇÃO

- I - Animadores Teatrais
- II - Animadores Musicais
- III - Animadores de Artes Plásticas

15.45h.: Pausa (Café)

16.00h.: PAINÉIS:

I - Centros Históricos e Património (participação do Núcleo do Centro Histórico da C.M. Évora)

Moderador: Dr. Domingos Bucha

II - Bibliotecas, Leitorias e Museus

Moderadora: Drª. Isabel Vila-Maior

PROGRAMA CULTURAL: 18.30 h. Abertura da Exposição de papagaios de papel, construídas pelos alunos

em ESEP; 19.30h. Jantar na ESEP; 21.30h. Companhia de Teatro de Portalegre

14 de Maio - Sábado

MANHÃ

09.30h.: PLENÁRIO: (Comunicações)

Tema: "Memória do distrito de Portalegre e a sua Etnoliteratura"

Comunicante: Drª. Maria Alzira Galvão (CTPF da Universidade de Lisboa)

Debate

10.45h.: Pausa (café)

11.00h.: PAINEL:

I - Artes, Ofícios e Tradição

Moderador: Dr. Carlos Garcia de Castro

II - Centros Históricos e Património

12.30h.: Almoço.

ATELIERS - FORMAÇÃO

- I - Animadores Teatrais
- II - Animadores Musicais
- III - Animadores de Artes Plásticas

TARDE

14.30h.: PLENÁRIO: (Comunicação)

Tema: "A Cultura Popular Tradicional, no final do século e do milénio"

Comunicante: Dr. Tomaz de Ruha

Debate

ATELIERS - FORMAÇÃO

- I - Animadores Teatrais
- II - Animadores Musicais
- III - Animadores de Artes Plásticas

15.45h.: Pausa (Café)

16.00h.: PAINÉIS:

I - Artes, Ofícios e Tradição

Moderador: Dr. Carlos Garcia de Castro

II - Associações e Sociedades de Cultura e Recreio (participação da Fed. Port.Col. Cultura e Recreio)

Moderadores: Dr. Avelino Bento e Dr. Hermenegildo Correia

PROGRAMA CULTURAL: 18.00 h. Concerto pela Banda Filarmónica de Nisa (a festejar o seu 150º aniversário); 18.45h. Danças e Cantares da Região (Rancho Folclórico de Castelo de Vide; Grupo de Relejos de Montargil e Grupo de Cantares de Monforte).

15 de Maio - Domingo

MANHÃ

09.30h.: MESA REDONDA

Tema: "Políticas de Intervenção Cultural"

Intervenientes: Responsáveis pelos Pelouros da Cultura de cada Concelho

ATELIERS - FORMAÇÃO

- I - Animadores Teatrais
- II - Animadores Musicais
- III - Animadores de Artes Plásticas

10.45h.: Pausa (café)

11.00h.: Continuação da Mesa-Redonda

12.30h.: Almoço.

TARDE

14.30h.: PLENÁRIO:

Apresentação de conclusões dos Painéis, Mesa Redonda e Ateliers de Formação.

Encerramento do Encontro.

(Presença da Comissão Organizadora; Presidentes do IPP, ESEP, AM, Secretário de Estado da Cultura).

fonte nova

SEMANÁRIO DA REGIÃO DE PORTALEGRE

Nº 473 - Ano X - 28 de Abril de 1994

Preço 110\$00 (IVA incluído)

FRONTE NOVA - Número Quatrocentos e Setenta e Três - 28 de Abril de 1994

DIVERSAS

1º ENCONTRO DE ACÇÃO CULTURAL DO DISTRITO DE PORTALEGRE

Com o objectivo de reflectir sobre as práticas culturais do Distrito de Portalegre, decorrerá, nos próximos dias 13, 14, e 15 de Maio, o 1º Encontro de Acção Cultural do Distrito de Portalegre.

Trata-se de um programa recheado de plenários, ateliers de formação, painéis, mesas redondas e actividades sócio-culturais, a decorrer na Escola Superior de Educação.

A organização está a

cargo de uma Comissão constituída por elementos da Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico de Portalegre e da Associação de Municípios do Norte Alentejano, entidades que promovem a iniciativa.

Em próximo número daremos mais detalhes sobre o programa, bem como a descrição das entidades e individualidades que integrarão o 1º Encontro de Acção Cultural do Distrito de Portalegre.

fonte nova

SEMÁRIO DA REGIÃO DE PORTALEGRE

Nº 475 - Ano X - 12 de Maio de 1994

Preço 110500 (IVA incluído)

ITE NOVA - Número Quatrocentos e Setenta e Cinco - 12 de Maio de 1994

OCAL

1º ENCONTRO DE ACÇÃO CULTURAL DO DISTRITO DE PORTALEGRE A PEDRADA NO CHARCO...

O desenvolvimento de qualquer região não passa apenas pela vertente económica. A tendência de desertificação que caracteriza o interior, nomeadamente este que habitamos, não se combate apenas por via de novas indústrias e serviços. A acção cultural pode constituir igualmente um pólo de aglutinação e de desenvolvimento.

Foram estes pressupostos que levaram a Escola Superior de Educação de Portalegre a propor aos Municípios do Distrito um Encontro de Acção Cultural, uma louvável iniciativa pouco comum e seguramente muito válida.

Os Municípios apenas Sourel e Elvas não aderiram. As outras 13 Câmaras isoladamente e a Associação de Municípios do Norte Alentejo aderiram de modo participado com gentes, verbas e vontade.

O 1º Encontro destina-se essencialmente a reflectir sobre as práticas culturais que existem e já não existem e saber porquê; Tomar o pulso aos agentes locais e procurar fazer o levantamento do que actualmente se faz; Perspectivar o futuro da Acção Cultural na nossa Região.

"Junta os agentes culturais, ligados as suas práticas e as suas tradições, é dar a entender que se está vivo e que se pretende que se lance um olhar interessado sobre a nossa região" diz-nos o Professor Avelino Bento, o principal dinamizador do Encontro.

E é o que vai acontecer com a participação de cerca de uma centena de agentes de todo o Distrito, num programa recheado de comunicações, painéis, debates e ateliers de formação.

O Encontro inicia-se no dia 13 de Maio com uma recepção de boas-vindas aos participantes e convidados, à qual se segue um conjunto de comunicações: "A Cultura e o Quotidiano: uma análise sócio-antropológica" pelo Dr. Carlos Brandão, Presidente da ESEP; "Cultura Lo-

cal: Que objectivos?" - Presidente da Associação de Municípios do Norte-Alentejo; "As tradições na encruzilhada - uma reflexão sobre o Património Cultural para os anos 90," pelo Dr. Halder Pacheco. Para além das comunicações haverá um painel cujo tema a abordar será: "Centros Históricos e Património", moderado pelo Dr. Domingos Buche e "Bibliotecas, Ludotecas e Museus" moderado pela Dr.ª Isabel Vira Maior. Paralelamente decorrerão Ateliers para amadores Teatrais, Musicais e de Artes Plásticas.

Do programa cultural dessa data fará parte uma Exposição de papagaios de papel construídos pelos alunos da ESEP, e a representação da peça "Os 12 mandamentos" pela Companhia de Teatro de Portalegre.

No dia 14 de Maio serão proferidas as seguintes comunicações seguidas de debate: "Memória do Distrito de Portalegre e a sua Etno-literatura" pela Dr.ª Maria Alente Galhoz da Universidade de Lisboa, e "A

Cultura Popular Tradicional, no final do século e do milénio" pelo Dr. Tomaz Ribas. Os painéis terão por temas "Artes, Ofícios e Tradição" moderado pelo Dr. Carlos G. Castro; "Centros Históricos e Património" moderado pelo Arq.º José Coelho; "Associativismo e Sociedades de Cultura e Recreio" moderado pelos Drs. Avelino Bento e Hermenegildo Correia. Do programa cultural constará um Concerto pela Banda Filarmónica de Nisa e Danças e Cantares da Região (Castelo de Vide, Montargil e Montforte).

No dia do encerramento, 15 de Maio, haverá uma Mesa-Redonda, cujo tema será "Políticas de Intervenção Cultural" ao qual estarão presentes os responsáveis pelos Pelouros da Cultura de cada Concelho, encerrando com o Plenário onde se fará a apresentação das conclusões dos painéis, da Mesa redonda e dos Ateliers de Formação.

Para o encerramento do Encontro está prevista a presença de um representante da Secretaria de Estado da Cultura.

O Distrito de Portalegre

DIRETOR: MANUEL A. PINHEIRO - VOLUME: 20 MAIO 94 - SEMANARIO - SEXTAS-FEIRAS - Nº 6372 - 70800

26.MAIO.1994 - O DISTRITO - 7

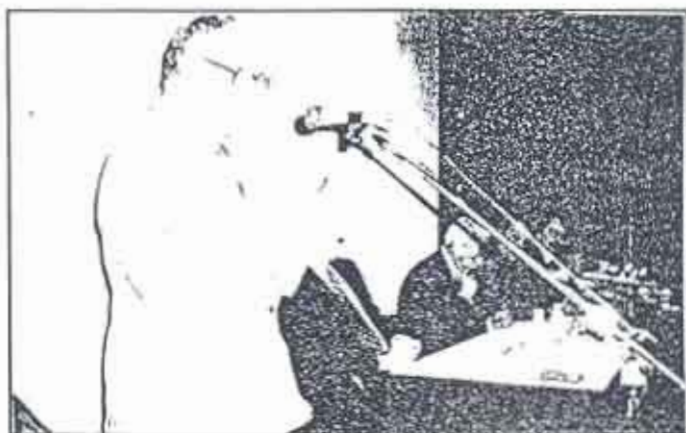
1.º Encontro de Acção Cultural do Distrito de Portalegre

No auditório da Escola Superior de Educação, entre 23 e 25 de Maio, ocorreu o 1.º Encontro de Acção Cultural do Distrito de Portalegre, uma organização conjunta da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre, Associação de Municípios do Norte Alentejano, e treze autarquias.

Com um amplo e abrangente programa abrangendo a cultural, os Centros Históricos, Património, Bibliotecas-Ludo-tecas e Museus, Etnolinguística, arte, ofícios e tradições e ainda ateliers- formação.

Este Encontro contou com a participação de figuras de relevo (já referenciadas) enriquecendo com as suas intervenções as várias temáticas que estiveram inscritas nas comunicações, e posteriormente em debate. Pelo que nos foi dado apreciar houve em várias intervenções uma reflexão sobre o passado (âmbito do Encontro), mas também a grande preocupação

Reflectir sobre o passado para um futuro mais activo e de objectivos comuns



de se desejar um futuro mais activo, que passa indiscutivelmente pelo unir de esforços para se atingir objectivos comuns.

Na cerimónia de encerramento, o Prof. Dr. Fortunato Queirós, recordou os temas do Encontro já divulgados neste Semanário, proferindo

uma intervenção que publicamos na íntegra.

PROF. FORTUNATO QUEIRÓS

«De tudo o que se realizou ouvimos as conclusões, sugerido e aprovado comigo e o Dr. Manuel Miguelina, a Escola Superior de Educação está disposta a divulgar essas mesmas conclusões e disponível para participar em qualquer acção de formação no âmbito deste Encontro.

Lembro uma frase de Jorge Dias, temos obrigação de salvar tudo que é susceptível de se salvar, para que os nossos netos embora vivendo num Portugal diferente do nosso, se considerem tão portugueses como nós e capazes de manter as suas raízes culturais mergulhadas na herança social que o passado nos legou.

E por outro lado, para além da defesa do Património existente, promover por actos concretos a implicação actual de muitas pessoas nesta defesa. O meu voto vai neste sentido porque desejo que este

encontro tenha eco e efeito multiplicador no Distrito e que a curto e a médio prazo se sintam os benefícios públicos da reflexão teórica que aqui foi realizada. Penso que em conexão com os novos cursos propostos para a Escola Superior de Educação, e o 2.º Congresso de História Regional e Local a realizar-se dentro de mezes, daqui a algum tempo poderemos estar ainda em melhores condições de nos afirmarmos como defensores do Património, formadores de agentes de acção cultural, e participantes na vida da comunidade. A minha pergunta é esta, para quando a realização do 2.º Encontro?

Para finalizar, deixo os meus cumprimentos e agradecimentos a todos que com a sua experiência e sabedoria contribuíram um encontro que atingiu grande dignidade.

O Instituto Politécnico e as suas escolas estão disponíveis para estabelecer contactos com as Câmaras e Organismos da Região, de cuja colaboração possa resultar um benefício para o Norte Alentejano.

1.º Encontro de Acção Cultural do Distrito de Portalegre





N.º 42 MAIO/JUNHO 1994

boletim

ISSN N.º 0871-9209

DA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA E RECREIO

Distribuição: Gratuita às Federadas.

PVP — 50\$00.

A FEDERAÇÃO NO «I ENCONTRO DE ACÇÃO CULTURAL DO DISTRITO DE PORTALEGRE

A Escola Superior de Educação de Portalegre e as Autarquias do Distrito realizaram nos dias 13, 14, e 15 de Maio de 1994, nas instalações da referida Escola, o «I Encontro de Acção Cultural do Distrito de Portalegre».

A FPCCR fez-se representar, no Encontro, pelo Presidente da Direcção, correspondendo assim ao convite formulado pela Organização do mesmo, que igualmente convidou à apresentação de uma comunicação no Painel subordinado ao tema «Associativismo e Sociedades de Cultura e Recreio».

Estiveram presentes, entre outros convidados, Representantes das Autarquias do Distrito, Dirigentes de Colectividades, Responsáveis pelos Pelouros da Cultura de cada Concelho e Especialistas no domínio da Cultura Popular.

O Presidente da FPCCR apresentou uma comunicação em que explicou as grandes questões com que neste momento se debate o Movimento Associativo de raiz popular, referindo, em linhas gerais as principais conclusões do recente Congresso Nacional das Colectividades de Cultura e Recreio.

Na sua intervenção, Feliciano David resumiu, igualmente, as linhas de força do Programa de Acção da nova Direcção para o triénio 94/96, destacando o papel que a Federação deve ter, visando o reforço e adequação do Movimento Associativo à actual realidade nacional. Nesse sentido, realçou a necessidade de as Colectividades se unirem e criarem estruturas que permitam potenciar as suas capacidades e referiu a atenção muito especial que a Federação pretende dar à área da Formação para Dirigentes Associativos e Animadores Culturais.

Os trabalhos do Encontro foram complementados com um diversificado Programa Cultural, que integrou uma apresentação da Companhia de Teatro de Portalegre, um concerto pela Banda Filarmónica de Nisa (a festejara seu 150º Aniversário) e intervenções do Grupo de Realejos de Montargil e do Grupo de Cantares de Monforte.

Realizou-se o «I Encontro de Acção Cultural do Distrito de Portalegre». Que ele seja raiz para outros Encontros no Distrito de Portalegre e exemplo para Encontros semelhantes noutros distritos. De iniciativas como esta, todos saímos mais enriquecidos.



ANEXOS B

CONCLUSÕES/ACTAS DAS SESSÕES

CONCLUSÕES DO PAINEL

CENTROS HISTÓRICOS E PATRIMÓNIO

13 DE MAIO DE 1994

Participantes: Arqtº João Videira - Câmara Municipal de Évora
Arqtº Luís Pedro - Câmara Municipal de Nisa
Dr José Pinheiro - Assembleia Municipal de Fronteira

Moderador: Dr. Domingos Bucho - Escola Superior de Educação de Portalegre

1. A definição, **salvaguarda e valorização dos Centros Históricos (CH)** deve ser enquadrada por planos de pormenores específicos para cada CH, elaborados por equipas pluridisciplinares, GTLs ou outros, que devem integrar outros especialistas: historiadores, arquitetos, engenheiros, economistas, sociólogos.
2. Os RMEUs (Regulamentos Municipais de Edificação Urbana), devem apontar condicionantes de ordem geral para toda a área edificada, promovendo a harmonia entre CH e zonas de expansão.
3. As Autarquias têm capacidade jurídica para delimitar os seus CH, classificá-los como conjuntos de valor concelhio ou promover a sua classificação como monumentos nacionais ou imóveis de interesse público.
4. Os planos de salvaguarda e valorização dos CH devem ser elaborados e levados à prática, em todas as suas fases, com a participação das populações e Associações de Defesa do Património se as houver.
5. A terciarização dos CH é bem vinda se não excluir as outras funções urbanas: habitação, circulação e recreação.

6. Há edifícios de determinados CH que, pela sua pequenês, impedem qualquer reabilitação com vista a uma habitabilidade condigna.

7. Deve evitar-se a musealização dos CH. Eles devem constituir zonas urbanas vivas, se bem que seja aconselhável musealizar elementos do seu património, nomeadamente arqueológicos.

8. A valorização dos CH passa pela sua animação sócio-económica, cultural e pela qualidade dos seus acessos. Importa criar parques de estacionamento e zonas exclusivas para peões.

9. Os efeitos perversos do turismo ainda não afectam os CH da nossa região. Antes pelo contrário, precisamos de mais turistas para animar economicamente os CH.

10. É reconhecido o papel fundamental da Escola em todo o processo de salvaguarda e animação dos Centros Históricos.

CONCLUSÕES DO PAINEL
CENTROS HISTÓRICOS E PATRIMÓNIO

14 de Maio de 1994

Participantes: Dr. António M. Brazão Ferreira - Alter do Chão
Dr. José Dinis Murta - Câmara Municipal de Nisa

Moderador: Arqtº José Manuel Clemente Coelho (Docente da ESEP)

ENQUADRAMENTO DO PAINEL:

Questionando os Centros Históricos, defendendo-os ou combatendo-os, estamos necessariamente a falar de preservação da identidade física e espacial.

Assim temos:

Como conceitos a debater	Como matéria patrimonial	Como essência
A Recuperação (Vivência Utilitária)	Os Aglomerados	O Protagonismo do Homem
O Restauro (Vivência Contemplativa)	A Arquitectura Erudita	
A Reciclagem (Vivência Pragmática)	A Arquitectura Vernacular	
	O Paisagismo	
	O Mobiliário Urbano	

PONTOS A SALIENTAR NAS DUAS COMUNICAÇÕES APRESENTADAS:

- A necessidade de conseguir manter uma continuidade estética, espacial e ambiental, onde os edifícios de cariz erudito e vernacular coabitem coerentemente;
- A existência preocupante de incoerências, entre deliberações e actuações de organismos públicos;
(Exemplos: planos de salvaguarda dos Centros Históricos / instalações de cabos eléctricos por parte da E.D.P., afectando gravemente edifícios e conjuntos urbanos de interesse patrimonial).
- A necessidade de fomentar a assimilação dos valores culturais, criando uma consciência colectiva, através da sensibilização directa e activa da população e das camadas estudantis.
- A necessidade de relacionamento e convivência, entre património do passado e do presente, de forma equilibrada;
- A urgência da inventariação, catalogação do património inerte e vivo, permitindo estudos científicos aprofundados.

CONCLUSÕES DO PAINEL

ARTES, OFÍCIOS E TRADIÇÕES

14 de Maio de 1994

Participantes: Dr^a Maria José Almeida - Escola Básica 2/3 de Nisa
D. Maria do carmo Louro - Câmara Municipal de Nisa
Dr. José Inácio Silva Militão - Câmara Municipal de Monforte
Prof^a Joaquina Espadinha - Câmara Municipal de Avlis

Moderador: Dr. Carlos Garcia de Castro

O tema **Artes, Ofícios e Tradições**, cuja fórmula assim explicitada implicava uma insinuação contrária ao uso do termo **artesanato**, proporcionou, não obstante, a expressão convergente de preocupações autárquicas e pedagógicas acerca da manutenção e da defesa das suas proposições regionalistas. Todos os intervenientes acudiram à motivação daquele tema sob tensão da seguinte encruzilhada:

- como fazer, nos dias de hoje, confrontados com o futuro, para assegurar a elevação do passado?

Pressentiram-se variadas densidades de perspicácia e de estratégia, todas elas, no entanto, animadas de imediata sentimentalidade, face à dureza dos imprevistos materiais da História. Dir-se-ia um conflito do espírito. Como dirimir tamanhas contradições?

- Pela educação. A instituição escolar obriga-se a que ela própria se localize activamente na pesquisa duma certa identidade, por via do maravilhoso lendário que a precedeu, mas ao mesmo tempo a alicia, como descoberta autónoma de desenvolvimento e formação culturais. Foi a proposta de *A Escola e as Tradições: Recolha de Lendas no Concelho*. (Escola Básica 2/3 de Nisa).

Colaboração insistente, funcionalmente conciliatória, para um processo de cultura popular revitalizada, entre as vereações e a população. Restauro e desenvolvimento, com contrapartidas de actualização económica, de actividades tradicionais da subsistência local ainda existentes, como a olaria, a cestaria, os bordados, o fabrico do queijo, etc. - de cuja relação de interesses e de

contactos se prevê a salubridade vicinal das populações - foram os contextos do tema : *Revitalização da Arte Popular*, no concelho de Nisa.

Artesanato e a sua Preservação: tema a partir da realidade concelhia de Monforte. Esta comunicação resumiu historicamente a matriz de bastantes profissões daquela qualificação. E apontou projectos sócio-profissionais de implicação cultural para a defesa e continuidade possíveis dos mesteres convencionais, - desde que sustentados pelo empenho das Autarquias. Concluiu pelo recurso à produção de artigos artesanais, ainda que sob concessão turística e comercial, como forma da preservação tradicional de várias Artes e alguns Ofícios.

Avis tenta-nos demonstrar *O Papel da Formação Profissional na Recuperação...* da cultura popular - local, regional e inter-regional. A comunicante descreveu os procedimentos sociais e pedagógicos que no concelho de Avis ela própria empreendeu, a partir de programações e de projectos institucionais da Educação Recorrente, que adaptou e conduziu. Daí que, naquele sentido, e para a retoma duma consciência - também duma utilidade - comunitária, concluiu, experimentalmente, ser mais eficiente a formação profissional de jovens e adultos através de actividades à dimensão das suas proveniências culturais, pelas estruturas das suas imediatas sensibilidade e mentalidade, do que por força das organizações de Emprego e variado outro apetrechamento técnico-profissional. Porque, abrangidos por aquele conceito, orientados naquela perspectiva, os agregados não terão tanto de deslocar para fora deles, para a prática de profissões sem afinidade, os indivíduos que, física e espiritualmente, lhes podem recuperar grande parte do seu reconhecimento.

Apresentadas que foram as sínteses das Comunicações destes Concelhos, por voz de pessoas sinceramente entregues à reafirmação das suas dinâmicas de existência e de projecção, - parece delas induzir-se sem discussão que só pela via cultural da perenidade do **histórico**, como invariante da maleabilidade dos tempos, se atinge com elevação o entendimento transitório e irreversível das variáveis da História. A nossa condição é essa...

CONCLUSÕES

PAINEL - BIBLIOTECAS , LUDOTECAS E MUSEUS

14 . 05 .1994 - 16 horas - sala 6

O painel dedicado a bibliotecas, museus e ludotecas situou-se numa área tradicional e consensualmente integrada no que se considera *cultura*, numa perspectiva humanística. Contou com 6 intervenções, 4 na área das bibliotecas, e uma em cada uma das outras áreas. Este domínio das bibliotecas explica-se, se nos lembrarmos que esta instituição tem qualquer coisa como 4.000 anos, o dobro da idade dos museus, e que a ludoteca é uma criação da segunda metade do nosso século. Saber ler, em toda a extensão e complexidade desta expressão, é também uma preocupação mais alargada e mais antiga na nossa sociedade do que a educação do gosto estético ou a conservação da memória cultural; e só há muito pouco tempo (*pouco* em termos históricos) é que se reconhece a importância formativa da brincadeira e do jogo e a necessidade de lhes consagrar espaços que compensem aqueles que as alterações de modos de vida fizeram perder. Isto não significa, contudo, que não tivesse sido desejável uma participação mais equilibrada neste painel .

A comunicação dedicada às ludotecas preocupou-se sobretudo em relatar o trabalho da equipa de apoio educativo que esteve na origem da criação desse espaço na biblioteca infantil de Nisa . Definiu como objectivos da ludoteca a ocupação de tempos livres e a importância da educação não formal, na qual se pretendeu fazer convergir efeitos e processos que não acontecem no sistema educativo, educando a partir do jogo e relacionando essa educação com a educação para os valores.

Esta ludoteca destina-se a crianças a partir dos 5 anos e foi acentuado o facto de a sua frequência se estender a uma faixa etária entre os 12-14 anos, o que não estava nas previsões da equipa que a propôs. Considerando a criança como um ser activo, capaz de protagonizar o seu espaço / tempo lúdicos, a ludoteca acolhe também os pais e os professores .

A comunicação na área museus, a cargo do concelho de Avis, referiu o perigo da instrumentalização da cultura pelo poder e a necessidade de tornar o museu um espaço vivo de dinamização cultural do meio em que se insere. Integrou ainda esta dinamização na necessidade de atrair mais turistas para a região e portanto num campo mais vasto de interesses.

No campo das bibliotecas, apresentaram comunicações representantes das bibliotecas de Campo Maior, Ponte de Sor e Nisa, bem como a responsável pelo Centro Documental da E.S.E.P.

Se esta última orientou a sua intervenção no sentido de lembrar os requisitos de carácter técnico a que deve obedecer uma biblioteca e a sua transformação em mediateca, os outros intervenientes ilustraram a concretização dos referidos requisitos com a informação, necessariamente sucinta, sobre a filosofia da rede de leitura pública, sobre as características dos espaços onde trabalham, sobre as actividades de animação que desenvolvem e suas consequências em termos da frequência das bibliotecas. Das suas intervenções e do curto debate que se lhes seguiu parece legítimo destacar os seguintes aspectos :

1. Possibilidades insuspeitadas das características das bibliotecas da rede de leitura pública na dinamização da leitura .
2. Ausência de atraso, na criação e alargamento desta rede, em relação ao resto da Europa .
3. Importância da colaboração biblioteca - escola .
4. Importância da leitura de periódicos e do serviço de empréstimos domiciliários na criação de novos leitores, sobretudo adultos .
5. Necessidade de alargamento do horário das bibliotecas e conseqüente necessidade de contratação de mais pessoal especializado .
6. Necessidade de formação adequada .
7. Importância da adequação das actividades de animação aos gostos do público que se quer atrair/conservar .
8. Necessidade de constituição de redes distritais de profissionais da área, para troca de informações e experiências .
9. Necessidade de questionar o funcionamento das bibliotecas escolares do distrito .

Em todas estas intervenções esteve subjacente a importância da leitura como factor individual e colectivo de formação e da biblioteca como espaço cultural privilegiado ao serviço da comunidade

CONCLUSÕES DO PAINEL

ASSOCIATIVISMO E SOCIEDADES DE CULTURA E RECREIO

14 DE MAIO DE 1994

Participantes: Eng. Feliciano David (Pres. da Fed. Port. Colect. Cult. Recreio)
Representantes de Associações e Casas de Cultura de
Arronches, Avis, Ponte de Sor e Nisa

Moderadores: Dr. Avelino Bento (Escola Superior de Educação de Portalegre)
Dr. Hermenegildo Correia (ESEP)

1. O Associativismo (Cultural e Recreativo), constitui um recurso muito valioso das comunidades (rurais e urbanas), na medida em que têm respondido - como as intervenções referiram - a um conjunto de necessidades (recreativas, cívicas, de participação).
2. As Associações Recreativas e Culturais são importantes veículos da cultura local e da sua preservação. Um facto que a Escola não pode ignorar. Como sugeriu a intervenção sobre o Associativismo em Montargil, são fundamentais as **relações de parceria** entre a Escola e as Associações locais.
3. Uma condição importante de sobrevivência é esta: ser capaz de responder à diversidade de interesses e motivações locais.
4. As intervenções de Nisa e de Avis, por exemplo, alertaram-nos para a necessidade de envolver um grupo específico, os jovens e mostraram-nos como é que isso se pode fazer na prática; sublinhe-se a este respeito, as actuações da Banda de Música de Nisa e do Grupo de Cantares de Monforte, onde os jovens assumem um protagonismo fundamental.
5. Outra condição importante para a preservação/desenvolvimento do Associativismo é a **formação**, uma ideia para a qual nos alertaram, por exemplo,

as intervenções de Montargil e do Presidente da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio.

6. Neste domínio, o da Formação, as *Escolas* podem dar um contributo importante. As *Autarquias* também.

7. O desenvolvimento do Associativismo passa ainda pelo **apoio** das Autarquias: apoio **material** e em termos de **formação**, como referimos.

As Autarquias não deverão substituir-se às iniciativas das populações, deverão antes ser encaradas como um protagonista, um protagonista importante certamente, mas um protagonista em paridade com outros protagonistas.

Foi um pouco esta concepção que se tentou pôr em prática neste 1º Encontro.

8. Uma última conclusão: o associativismo tem dado um contributo fundamental para a promoção de valores tais como, a *liberdade*, a *tolerância*, o *respeito pelas diferenças*, a *participação*, em suma *valores democráticos*. Como exemplo, refira-se o papel de muitas Colectividades de Cultura e Recreio, antes de Abril de 1974.

Uma conclusão **convergente**, parece-nos, com uma afirmação feita no primeiro dia do Encontro pelo Dr. Helder Pacheco, a propósito do património cultural. Ele afirmou o seguinte:

Uma das coisas que caracteriza a democracia é a possibilidade de **optar**, de escolher.

Escolher, optar, pressupõem **diversidade**, **pluralidade**.

As Associações de Cultura e de Recreio, são, como as intervenções realçaram, importantes espaços de defesa da diversidade, da pluralidade, da diferença.

CONCLUSÕES DA MESA-REDONDA

POLÍTICAS DE INTERVENÇÃO CULTURAL

15 DE MAIO DE 1994

Moderador: Dr. Avelino Bento (Docente da ESEP)

Participantes: Vereadores e representantes da Cultura da maioria das Autarquias.

Conclusões principais da Mesa-Redonda com os autarcas sobre as «Políticas de Intervenção Cultural»:

1. As Autarquias estão sensibilizadas para as questões culturais (locais).
2. O apoio das Autarquias: em termos materiais (criação de espaços físicos por exemplo; apoio às iniciativas dos agentes culturais locais: associações, escolas).
3. As Autarquias não deverão substituir-se às iniciativas das populações.
4. As questões de política cultural local, são questões que dizem respeito a uma *diversidade de protagonistas*: às Autarquias, naturalmente, mas também a outros protagonistas, designadamente as associações (recreativas e culturais) e as escolas.
5. Necessidade de investir nos recursos humanos, nomeadamente **técnicos de acção sócio-cultural e sócio-educativa de formação qualificada**. Pertinência do estabelecimento de prioridades, a partir obviamente de necessidades.
6. O apoio das Autarquias às iniciativas locais deverá ser um apoio **selectivo** (em função da qualidade dos projectos).
7. As Escolas (por exemplo, as Superiores de Educação), têm um papel importante a desempenhar no desenvolvimento cultural (regional e local).
8. Necessidade das Autarquias do distrito trabalharem em **equipa**. O trabalho em equipa permitirá certamente **rentabilizar recursos** e transformar eventuais obstáculos em recursos. A Associação de Municípios do Norte Alentejano como um espaço a aproveitar.

CONCLUSÕES DO ATELIER

ANIMADORES TEATRAIS

15 DE MAIO DE 1994

O balanço do Atelier de Formação de Animadores Teatrais, que decorreu paralelamente ao 1º Encontro de Acção-Cultural do Distrito de Portalegre, é o seguinte:

O grupo, heterogénio, que durante 12 horas trabalhou o corpo, a voz, a personagem, o texto e o espaço, concluiu ser de grande importância como ponto de partida para as actividades teatrais, o trabalho empreendido no atelier, sendo todavia consensual a ideia de que este trabalho é demasiado vasto para ser levado a cabo em tão curto espaço de tempo.

O aspecto mais significativo levantado pelos formandos, é a necessidade de se despoletarem relações entre os agentes culturais no terreno, criando-se para o efeito espaços de formação comuns e mais profundos, para se responder de forma eficaz às necessidades da criação e da animação teatral.

Foi claro nesta apreciação, que o espaço privilegiado para a formação deverá estar situado no período entre Encontros, partindo-se do princípio que haverá continuidade neste projecto, ou então comprometer as Autarquias para um apoio específico à formação nas várias áreas culturais.

1º ENCONTRO DE ACÇÃO-CULTURAL DO DISTRITO DE PORTALEGRE

ATELIER DE MÚSICA

CONCLUSÕES

1. COMO DECORREU A ACÇÃO

- Partiu-se da auscultação de níveis de formação e diversidade de experiências para provocação de situações de animação musical.
- Foi intenção compatibilizar potencialidades individuais com acrescento de informação por vivência, otimizando o grupo com vista à tentativa de resposta a necessidades.

2 . NECESSIDADES NO ÂMBITO DA ANIMAÇÃO MUSICAL

Feita a caracterização de um quadro tipo de necessidades no campo da animação cultural em geral e da animação musical especificamente, identificaram-se algumas carências ao nível:

- da formação teórica e prática dos animadores
- do contacto com outras fontes e recursos
- do equipamento instrumental

RECOMENDAÇÕES

- . Aposta num investimento sério, efectivo e continuado na iniciação e acompanhamento de jovens.
- . Incentivos para a pesquisa e divulgação do património sonoro de raiz regional.
- . Apoio aos grupos musicais traduzido não só em financiamento mas no seu patrocínio por promoção de acções culturais onde participem.

1º ENCONTRO DE ACÇÃO- CULTURAL DO DISTRITO DE PORTALEGRE

13-14-15 DE MAIO DE 1994

ATELIER DE FORMAÇÃO-ARTES PLÁSTICAS

CONCLUSÕES:

No âmbito deste Encontro a Unidade de Educação Visual e Tecnológica, desenvolveu um projecto de criação e execução de máscaras, tema propício ao desenvolvimento da expressão e criatividade pessoais.

Foram aplicadas técnicas consideradas possíveis e acessíveis de concretizar nas comunidades com populações jovens de vários níveis etários.

O desenvolvimento do projecto decorreu positivamente, respondendo às expectativas criadas.

Dialogando com os participantes, manifestaram a necessidade de estes Encontros se repetirem, cabendo às autarquias dar continuidade aos projectos aqui desenvolvidos.

Para futuros Encontros foi sugerido pelos participantes a realização de ateliers de formação em fins de semana.

Foi recolhido o endereço dos participantes afim de lhes ser enviada documentação teórica sobre o tema da acção.

ANEXOS C

ALGUMAS COMUNICAÇÕES

A CULTURA E O QUOTIDIANO: uma análise socio-antropológica
Dr. Carlos Brandão (Presidente da Comissão Instaladora)

A visão etnocêntrica tão característica dos séculos XVIII e XIX, que alimentou tantos e tão variados estereótipos, está definitivamente ultrapassada, pelo menos na comunidade científica. Já não faz sentido hoje falar em "povos primitivos", em "povos sem cultura" ou em "culturas inferiores". Ao invés, consolidou-se o conceito de diversidade, que marca a diferença entre culturas, quaisquer que sejam os povos e os espaços. Desapareceram, em nossa opinião, os velhos esquemas classificatórios, que conduziram à hierarquização das culturas nos séculos precedentes.

Apesar da polissemia do conceito, a cultura é actualmente considerada como parte integrante do homem, porque "a natureza do homem é a cultura" e é pela "sua própria natureza (que) ele produz e reproduz constantemente a cultura" (Custódio Gonçalves, *Questões de Antropologia Social e Cultural*, pp. 119). A este propósito, afirmou Mischa Titiev (1963) que "As sociedades humanas são os únicos grupos de todo o reino animal que delinearam formas de cultura(...)" (*Antropologia Cultural*, pp. 14).

Segundo Bernardi, B.(1974), o termo cultura costuma ser usado em duas acepções diferentes: uma no sentido humanístico, de âmbito limitado e, conseqüentemente, mais restritivo; outra de sentido antropológico, mais abrangente e mais profundo. A primeira acepção introduz "um sentido de distinção, de superioridade", em contraste com a condição do homem comum. Neste sentido, "o homem culto é aquele que completou estudos superiores, que leu muito e que possui conhecimentos sistemáticos(...)". Este conceito de cultura exclui, por exemplo, o homem da rua, que é considerado como um ser sem cultura.

Ao contrário do sentido humanístico, o sentido antropológico considera a cultura como "a característica peculiar do homem, pela qual se distingue como ser especial, diferente dos animais e das coisas(...)" (Bernardi).

O termo cultura tem surgido também noutras acepções, referindo-se a épocas e a povos específicos: a cultura

renascentista, a cultura francesa a cultura veneziana, etc.. Os antropólogos têm-se recusado a incluir no seu reportório conceptual esta acepção, porque entendem que ela "conduz a consequências conceptuais e também sociais limitativas e, frequentemente, bastante negativas, com verdadeiros proconceitos"(Bernardi).

A primeira tentativa séria de que há registo para definir o conceito de cultura é atribuída a Edward Tylor (1871). Entendia este autor que cultura é "o complexo unitário que inclui o conhecimento, a crença, a arte, a moral, as leis e todas as outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade". Apesar de Tylor defender uma perspectiva evolucionista, o facto é que a sua definição ficou célebre, fez escola e ainda hoje é tomada como base de debate. Um primeiro aspecto que merece ser destacado nesta definição é o caracter unitário e complexo que a cultura comporta.

A definição do conceito de cultura no sentido antropológico tem alimentado numerosos debates e polémicas. Kroeber e Kluckhohn (1952), por exemplo, inventariaram entre 1871 e 1950 cerca de cento e sessenta definições diferentes de cultura. Isto dá-nos uma ideia aproximada das dificuldades que têm rodeado as sucessivas tentativas de encontrar uma definição tão abrangente quanto possível sobre o conceito de cultura. No entanto, este não é o momento nem o espaço adequados para o fazer. Aqui interessamos, sobretudo, captar algumas das principais características do conceito de cultura, que são genericamente aceites e cujo valor operativo e instrumental é inquestionável.

Aceite que o homem é um animal de cultura no sentido antropológico, encarêmo-lo então numa dupla perspectiva: enquanto portador e produtor da sua própria cultura, inserido em contextos sociais, ecológicos e históricos reais.

Neste sentido, a cultura é tudo aquilo que se transmite de geração em geração. A experiência de cada um vai-se assim acumulando e passa de umas gerações às outras como um bem colectivo. O homem diferencia-se dos outros animais também pelo facto de poder transmitir aos seus semelhantes e aos vindouros os resultados das suas experiências e vivências, tanto no domínio da realidade prática e factual como no domínio do simbólico e

espiritual. Os processos de transmissão, apesar de terem sofrido com o tempo ajustamentos, mantêm-se os mesmos na sua essência. O que tem variado são sobretudo os meios utilizados. Enquanto nas sociedades sem escrita a oralidade era o meio privilegiado, nas que conhecem e dominam a escrita os meios são mais diversificados e cada vez mais rápidos: a imprensa, a televisão e as telecomunicações em geral, só para citar os de maior impacto.

Progressivamente, a cultura foi assumindo um carácter quase mítico e extra-humano. "Vinculada ao orgânico e às realidades que transcendem o quotidiano da vida natural e social, a cultura apresenta-se ao indivíduo com existência própria e autónoma, sendo ele incapaz de reconhecer nela as pegadas do seu próprio criador" (Antropologia II, Jesus Azcona, 1993, pp. 17). Como alguém disse: a cultura "apesar de ser uma criação humana, apresenta um rosto inumano" (Bernardi). O facto dela se transmitir de geração para geração, confere-lhe ainda um carácter super-individual e super-orgânico. Nenhum indivíduo por si só domina e molda a cultura do grupo em que está inserido e a sua transmissão não depende dos factores genéticos dos elementos que compõem esse mesmo grupo. No entanto, é necessário evitar considerar a cultura como uma entidade autónoma, separada dos seus suportes físicos reais e temporais.

Toda a vida humana, pela sua extrema complexidade, que é ao mesmo tempo o índice da sua imensa riqueza, parece assentar numa base paradoxal. É evidente que o homem, integrado num complexo de forças naturais, sobre as quais age e reage, está ao mesmo tempo sujeito a leis sociais -- pela sua condição de ser social -- sem que isso o impeça de agir e reagir pessoalmente como consequência da sua natureza humana individual, com destino e fins próprios. Da confluência de todas estas tendências resulta algo que é sempre novo no seu aspecto exterior, embora haja certas constantes na cultura, determinadas pela própria natureza do homem.

As perspectivas deterministas sobre a cultura, que procuram estabelecer leis rígidas, colocando a cultura acima do homem e atribuindo-lhe leis próprias, ignoram que a cultura enquanto tal, não se perpetua nem sobrevive fora das sociedades humanas a que pertencem. As pretensas regularidades de alguns fenómenos

sociais, como a moda por exemplo, não se podem isolar dos contextos sociais, temporais e espaciais em que surgem.

A vida humana em sociedade é de enorme complexidade e torna-se difícil aceitar que a cultura possui leis próprias e gerais independentes da vontade do homem. Essas pretensas leis mais não são que tendências gerais que estão presentes nas sociedades humanas e que, de certa forma, orientam e dirigem a conduta dos seus membros. Custódio Gonçalves (1992), afirma que "(...) os factores estruturais, ligados às estruturas sociais, económicas, do poder e do controlo social, não estão dissociados dos factores culturais, nas suas formas ou nos seus conteúdos específicos." (Questões de Antropologia Social e Cultural, pp. 101).

A cultura, pela sua flexibilidade, "mobilidade e fluidez, deve ser analisada como processo e como criação, e não apenas nas estruturas que a desnaturam e congelam, porque não se contem nos limites do quadro formal, institucionalizado e constrangente das estruturas." (pp.115, op. cit.).

Neste sentido, os factos culturais estão em constante mutação, sendo feitos e refeitos continuamente e ultrapassam um qualquer sistema de interpretação e leitura bem como um sistema de acção "unificador e aglutinante". É difícil hoje confinar a complexidade cultural a meros paradigmas teóricos como o evolucionista, o funcionalista ou o estruturalista, porque a sua complexa, fragmentária e abstracta natureza rompe qualquer destes e de outros quadros considerados isoladamente. Por outro lado, a cultura, no plano das suas manifestações, é determinada por diversos factores o que afasta a sua neutralidade e unicidade constitutivas.

É cada vez mais importante a análise transversal das culturas ou, por outras palavras, a análise transcultural, de modo a compreender-se melhor as diferentes culturas em presença e as diferentes sociedades, bem como descobrir as dinâmicas internas pelas quais a cultura emerge e as formas por que se estrutura.

A formação e estruturação da cultura assenta num conjunto de relações de três níveis: "as relações individuais e identitárias, as relações de alteridade com os outros e as relações dos homens com o meio envolvente e com a sua própria natureza." (pp.116, op. cit.).

Segundo Custódio Gonçalves (op. cit.) "Estas relações apresentam-se nos nossos dias cada vez mais flutuantes, fragmentadas e ambíguas. As relações individuais tornam-se prevalentemente polimorfos e efémeras numa rede precária de vínculos identitários e estatísticos que exigem reconversões constantes. As relações com os outros apresentam-se enfraquecidas nos seus vínculos directos e fortalecidas e instrumentalizadas por uma homogeneização relativa da sociedade de consumo de coisas, de sinais, de imagens e de modelos e por uma uniformização relativa dos fenómenos de massa e da racionalização cultural. As relações com o meio envolvente são caracterizadas pela racionalidade científica e tecnológica em termos de automatização, de abstracção e de uniformização das sociedades. Finalmente, as relações do homem com a sua própria natureza tornam cada vez mais precárias as fronteiras entre o património genético e o património cultural, entre os processos inatos e os processos adquiridos, com os constantes riscos e incertezas da manipulação genética que provocam profundas alterações nas identidades pessoais, nos vínculos sociais e na simbolização das práticas culturais." (op. cit. pp.116).

Este panorama algo crítico, evidencia com particular acuidade a complexidade cultural das nossas sociedades actuais, em que predominam as práticas culturais diversificadas, precárias, em mobilidade e fluidez permanentes, tal como os próprios sistemas sociais.

A cultura caracteriza-se assim por uma variedade e variabilidade. Ela é constituída pelo "conjunto formado pelos sistemas de representação, pelos sistemas normativos, pelos sistemas de expressão e pelos sistemas de acção" de uma dada colectividade (op. cit. pp.117). Incluem-se nos sistemas de representação os conceitos e os símbolos "pelos quais os indivíduos e os grupos se interpretam a si próprios e interpretam o meio envolvente", permitindo-lhes assim transmitir o saber e o saber-fazer. Os sistemas normativos dizem respeito aos valores que orientam os comportamentos e "justificam as práticas concretas da vida quotidiana, bem como o conjunto de regras que orientam a organização" a acção (op. cit. pp. 117). Os sistemas de expressão, por seu lado, abrangem "as modalidades formais e materiais pelas

quais as representações e as normas se projectam concretamente ao nível da sensibilidade e pelas quais a existência vivida na realidade natural e histórica se exterioriza em constantes significações." (op. cit. pp. 117). Em último lugar, os sistemas de acção incluem "as mediações técnicas, o meio social e as mediações sociais através das quais a colectividade se organiza, a fim de construir e controlar o seu próprio futuro." (op. cit. pp. 117).

Neste sentido, a dimensão cultural das sociedades humanas compreende, acima de tudo, as práticas contextualizadas dos seus membros. A cultura deve também ser vista numa dupla dimensão: enquanto herança e património transmissível e enquanto processo de criação. Como património, ela integra os modos de viver, de pensar e de agir dos membros de uma sociedade ou de um grupo. Como processo de criação, ela comporta um conjunto de interacções entre a sociedade institucionalizada e a cultura vivida e vivida, constituindo o quotidiano de cada um e de todos no seu devir e em cada momento (vertentes diacrónica e sincrónica). Nesta perspectiva, a cultura é também o nosso dia a dia, que se manifesta em acções, comportamentos e pensamentos.

Não obstante a sua variedade e variabilidade, a cultura apresenta-se como uma unidade no plano mais genérico: não é inata, adquire-se e transmite-se; constitui um sistema e é partilhada pelos membros de um grupo ou de uma sociedade.

A cultura estrutura-se e desenvolve-se em contextos reais. Ou seja, existe um quotidiano presente na cultura, no qual se inserem e interagem os diferentes actores em presença. Nesta perspectiva, tanta importância têm os factores passados (históricos) como os presentes (quotidianos). A valorização do quotidiano não implica, necessariamente, a rejeição liminar dos factores históricos, também eles presentes na cultura de um grupo ou de uma sociedade. Ao contrário de certos autores, que pura e simplesmente recusam a perspectiva histórica na análise do quotidiano, porque entendem que este se esgota em si mesmo e o que conta é só e apenas o presente (Michel Maffesoli, 1978), defendemos que o nosso quotidiano está repleto de elementos históricos que animam, referenciam e orientam parte desse mesmo quotidiano. Nesta perspectiva, a cultura e o quotidiano misturam-se e complementam-se, estando de tal modo imbricados

que não fazem sentido um sem o outro. São, afinal, as duas faces de uma mesma moeda.

Os sistemas e a estruturas nos quais a dimensão cultural está presente, são o "lado iluminado" do social, mas escondem em si um outro lado: o "lado sombra", que se oculta por detrás dessa complexidade. Esse lado é a vida quotidiana dos indivíduos na suas interacções recíprocas e com o meio envolvente. Não se trata aqui, obviamente, de apreensão apenas das aparências do quotidiano ou de simples banalidades. Pelo contrário, importa ir além delas, mergulhando na profundidade e riqueza da vida em sociedade.

O quotidiano não pode nem deve ser reduzido apenas ao que é banal, rotineiro e repetitivo, sob pena de ficarmos aquém dos sentidos mais profundos desse mesmo quotidiano. Apesar dos factos banais fazerem também parte do quotidiano, ele não se esgota aí. Antes contem uma diversidade de elementos que requerem análise cuidada e profunda para a sua compreensão cabal. Conforme diz Cecília Sanchez (1990) "O excepcional, o insólito, o bizarro, o louco podem também expressar-se (ao nível do) quotidiano. (...) Assim, um acontecimento inesperado, uma descoberta prodigiosa, um acto de criação genial não escapam ao quotidiano tanto quanto as rotinas da refeição ou dos cuidados corporais." (Antropologia, Quotidiano e Educação, pp. 173).

O quotidiano é também um espaço social multifacetado onde ocorrem as mais variadas interacções entre os diferentes actores sociais. A análise do quotidiano valoriza os elementos simbólicos enquanto factores estruturantes e organizadores e remete-nos, prioritariamente, para os planos meso e microsociológico, mais próximos de cada um de nós.

Segundo ainda Cecília Sanchez, "é na teatralidade da vida quotidiana que se expressam as atitudes invariantes de aceitação da vida, de duplicidade, de silêncio e astúcia como meios de existência e de solidariedade orgânica." (op. cit. pp. 181). Estas categorias enunciadas pela autora permitem captar, ao nível do quotidiano, as acções e interacções que têm lugar fora dos limites do instituído, isto é: fora das normas, das regras e das funções que regem a vida dos grupos ou de instituições/organizações.

É no plano do quotidiano que podemos encontrar em última instância a explicação para o sentido de certas atitudes, de

determinados comportamentos e algumas manifestações dos actores sociais. Misturam-se também neste plano os sistemas de representação, de expressão e de acção de uma dada cultura.

Como diz Roberto Motta "(...) não é preciso pensar muito para que se faça a mais óbvia das descobertas: Nada existe além do quotidiano" (cit. por Sanchez).

**COMUNICAÇÃO APRESENTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA
ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO NORTE ALENTEJANO
DR. JOÃO TRANSMONTANO**

A realização deste 1º Encontro de Acção-Cultural do Distrito de Portalegre constitui uma iniciativa oportuna da Escola Superior de Educação e da maioria das Autarquias que integram a Associação de Municípios do Norte Alentejano.

Todas as questões que respeitam às áreas culturais assumem hoje uma importância fundamental. Constitui o objectivo das políticas globais dos estados democráticos permitir o exercício real dos direitos culturais e uma participação efectiva das populações na vida cultural.

Qualquer país dito civilizado elabora e acciona políticas globais que se esforçam por ligar cada vez mais a cultura e o desenvolvimento económico e social. Começa a entrar na prática a ideia de que o verdadeiro desenvolvimento não se pode limitar aos avanços no campo da economia, antes implicando objectivos de crescimento que sejam claramente definidos em termos de valorização cultural, de fomento individual e colectivo dum equilíbrio bem-estar geral. Esta concepção, assumida num crescente respeito pelo meio ambiente, começa a ser praticada tanto pelos países em vias de desenvolvimento como pelos países industrializados.

A expressão máxima destes princípios traduz-se na consciência de que a identidade cultural de um povo é uma componente essencial da sua própria independência.

Os responsáveis governativos equacionam a situação socio-económica de que se parte, os mecanismos das mudanças em curso e as aspirações latentes e expressas pela população abrangida, em relação ao seu futuro como comunidade. A democracia cultural é, assim, estimulada, na exacta medida da capacidade dos cidadãos em assumirem o seu próprio destino, em traçarem o seu próprio percurso, em definirem as suas próprias opções. Portanto, muito para além das intenções governativas, e ultrapassando-as, é pela participação efectiva das populações que se exerce, de facto, a democracia cultural.

É sabido que o Poder Local não se limita a reproduzir a lógica e os mecanismos de actuação do Poder Central. Nos domínios da acção-cultural, e este é o tema central que aqui e agora nos congrega, é na esfera de actuação das autarquias que as questões concreta e quotidianas se colocam de forma premente e muitas vezes decisiva. Não nos defrontamos com a construção ou a gestão dum Centro Cultural de Belém, nem nos preocupa directamente o mega-projecto da Expo-98. Não ambicionamos constituir-nos como Capital Europeia da Cultura, nem

pretendemos organizar uma edição de qualquer Bienal Internacional de Arte, nem sequer uma Grande Gala da Canção Nacional. Mas temos a nossa própria dimensão.

Dispomos de um passado, queremos assegurar-lhe o presente e garantir-lhe o futuro. Acreditamos que a cultura constitui componente essencial deste percurso colectivo e, em coerência com tal convicção, procuramos dedicar-lhe a justa importância que merece.

Mais do que definir-se, a cultura vive-se, no concreto de cada situação, no abstracto de cada sonho, na diversidade de cada momento, na variedade de cada espaço, na relatividade de cada projecto, individual e colectivo

Vai falar-se aqui de antropologia, de património, de centros históricos, de bibliotecas, de museus, de teatro, de música e de artes plásticas, de memória e literatura, de ofícios e tradições, de associativismo, de políticas de intervenção cultural e de mil e um temas mais. E não vai esvaziar-se este campo fascinante e interminável

Poderia encaminhar o meu testemunho pelo relato dos esforços que as autarquias vêm empenhando no campo da acção-cultural, certamente na linha das que nos rodeiam. Falar-vos-ia de como, por exemplo em Portalegre, procuramos valorizar os museus de que já dispúnhamos e de como diligenciamos criar outros: o das Tapeçarias e o Ecomuseu da Região de S. Mamede. Falar-vos-ia de como implementamos uma Biblioteca Municipal há muito fora de serviço comunitário e de como procuramos recuperar espaços fundamentais para a intervenção cultural: o Auditório da Igreja da Misericórdia e a Praça da República. Falar-vos-ia de como procuramos não deixar morrer a projecção pública de cinema de qualidade em Portalegre e de como apoiamos a publicação regular de uma revista cultural, "A Cidade", que projecta e dignifica o nosso nome e a nossa identidade próprias. Falar-vos-ia na permanente animação que procuramos através da nossa Galeria de Arte e da cooperação que prestamos a todos os grupos ou entidades que, no Concelho, se dedicam à actividade cultural e recreativa. Falar-vos-ia da constituição do Gabinete Técnico Local, cuja preocupação se centrará na recuperação do nosso Centro Histórico e também na atenção prestada à vertente cultural da cidade e seu termo pelo recentemente aprovado Plano Director Municipal. Falar-vos-ia de como as autarquias apoiam, de formas muito diversa, o folclore e o artesanato, a gastronomia e o turismo cultural, os jogos tradicionais e a poesia popular e de como incentivamos a manutenção e a valorização das festas e das romarias, dos usos e das tradições populares. Falar-vos-ia de como procuramos apoiar a realização regular de encontros, seminários, festivais e também a aproximação à

Extremadura Espanhola. E falar-vos-ia, também, de frustrações e desalentos, de impotências e raivas surdas, de sonhos esvaziados e de decepções sem conta... Faria, assim, uma espécie de relatório de actividades de qualquer amorfo conselho de administração, a aprovar mecanicamente por uma qualquer anónima assembleia geral.

Prefiro remeter-vos para as intervenções, seguramente mais interessantes, que vão ser produzidas pelas personalidades que este Encontro em boa hora aqui reuniu. aguardo com expectativa o seu contributo para que a nossa actividade possa ser melhorada, para que encontremos motivos válidos de renovação, para que disponhamos no futuro de linhas de actuação mais justas e mais eficazes, na gestão dos recursos limitados de que dispomos.

Este é também um pretexto de diálogo. A palavra "encontro" é significativa, pois é expressão de fraternidade e de partilha. Fraternidade nas intenções nobres que a todos animam; partilha no enriquecimento recíproco pela troca de experiências e de práticas concretas.

Creio que, para todos nós, a cultura é entendida como uma maneira natural de ser, como uma forma de viver o quotidiano, como um modo de se estender a mão.

A nossa sociedade muda muito rapidamente. As transformações sociais são vertiginosas e influentes a diversos níveis. Os novos meios de informação potenciam os efeitos desta mudança colectiva e destas alterações individuais. Crescem os riscos de inadaptação, os riscos de isolamento social, os riscos de despersonalização por parte de franjas consideráveis da população. Assistimos já a fenómenos de perda do sentido de responsabilidade e de iniciativa, e ainda de quebras no controlo de alguns destinos individuais no seio da sociedade.

Creio que é no esforço dos mais autênticos laços culturais que pode situar-se um dos caminhos do combate a este flagelo social. Temos de ajudar cada indivíduo a comunicar, temos de facilitar o culto do fortalecimento do sentido da responsabilidade mais autêntica, e temos também de desbloquear o espírito de iniciativa individual e colectivo, assim como a vontade de participação. Temos de ajudar os concidadãos a assumirem a mudança social inevitável e o aparecimento de novas formas de vida social, sem rupturas e sem descaracterizações. Temos, em termos culturais, de desenvolver e libertar as capacidades insuspeitadas de cada indivíduo.

Aqui fica o meu apelo: o de que este tempo agora criado, e em boa hora, possa frutificar, o de que este espaço agora inventado, e em feliz oportunidade, possa permanecer.

Que o vosso contributo possa constituir para quem, como nós, detém o testemunho e também a responsabilidade por vós entregues, um exemplo e um apoio que a todos enriqueça.

A cultura não é um luxo nem um estribilho de circunstância. Pode ser, até, uma questão básica de sobrevivência. Que, com ela, todos possamos viver melhor em comunidade. Estes são os votos dos aularcas do Norte Alentejano, complementados com o desejo de uma boa estadia e de um bom trabalho, se possível a continuar, e a aprofundar, em breve.

Portalegre, 13 de Maio de 1994

AS TRADIÇÕES NA ENCRUZILHADA

(Uma reflexão sobre Património Cultural para os anos 90)

- 1- «... quem se extasia com os pitorescos do povo é o burguês diletante e requintado, apreciador do folclore e do bricabraque»
António Sérgio
("Em torno do problema da língua brasileira",
Seara Nova, 1937)
- 2- Culturas, Tradições e, logo, teorias e concepções sobre Património são reflexo, designadamente por influência da mentalidade e cultura dominantes, dos princípios religiosos e das próprias influências exógenas (muito restritas até ao séc. XIX).
- 3- Os traços dominantes de culturas e conceitos de património até meados do séc. XX acentuam o peso das tradições rurais e suas consequências nos campos folclórico e etnográfico. A ruralidade é um estado de espírito (não excluindo tratar-se de universo gerador de profundas tradições culturais). O peso da religiosidade/superstição (outro universo gerador de tradição). O preconceito contra a cidade (com desvalorização do ambiente urbano).
- 4- As mudanças operadas na sociedade portuguesa actuam no plano das tradições populares: emigração, industrialização, adesão à C.E., massificação da informação...
- 5- Os sintomas da mudança são visíveis no artesanato (artes e ofícios), religiosidade, território e, sobretudo, nas mentalidades. A segunda metade do séc. XIX denuncia os sintomas da mudança (industrialização de algumas regiões / abertura ao exterior). A primeira metade do séc. XIX aprofunda a mudança. Dos anos setenta em diante vivemos no turbilhão da mudança (e na reacção a ela, através da tentativa de fixação das tradições enquanto património).
- 6- Uma cultura na encruzilhada: persistência, transformação ou morte das tradições? Os problemas do presente num tempo de mudanças: um país da diáspora, aberto ao mundo ou fechado no seu isolamento eu-

ropeu? Um país conservador de tradições que, de repente, explode em transformações sociais, económicas e culturais que outros fizeram há um Século?

- 7- Uma perspectiva para os anos 90: tradição e inovação no desafio da complementaridade. Viver e animar o presente: aprender com a História mas não depender dela. O desafio da participação. Repensar as tradições e construir a tradição. O moderno enquanto património.
- 8- O desafio da participação: a busca da identidade assenta, muitas vezes, na conservação das tradições e isso é legítimo enquanto a tradição reflecte a identidade de um grupo ou comunidade. Mas a inovação, na medida em que é original, quer dizer, desejada e concebida para a colectividade e não importada ou imposta, é também factor de identidade. Numa região onde a tradição seja ainda muito forte, ela arrisca-se a estrangular a inovação; onde a tradição enfraqueceu, arrisca-se a ser absorvida pela inovação. Uma política cultural equilibrada deverá favorecer simultaneamente a tradição e a inovação como partes do mesmo processo vital.
- 9- Aprofundar a democracia é defender a cultura. O aprofundamento da democracia - em toda a sua plenitude - tem como componentes essenciais a defesa da identidade cultural e a descentralização, e como métodos a animação e a participação, através do exercício da cidadania.
- 10- Mas a cidadania não pode limitar-se à educação dos espectadores, tendente a torná-los receptivos a ensinamentos de comentadores e às actividades de animadores. Viver em democracia também é reconhecer o lugar insubstituível de indivíduos e comunidades na criação da cultura. Ao invés de entregar comodamente a profissionais a tarefa de criarem cultura, é desenvolver a responsabilidade autónoma do homem comum. E este é um ensinamento que podemos aprender com o passado. Vendo bem, o que era a cultura do homem comum? Era a cultura popular, um sistema de referências, usos e crenças fortemente marcado pela religião, o folclore e as tradições vindas da fundura dos tempos, que envolviam os indivíduos num conjunto coerente de explicações e de práticas. O sentido dos acontecimentos da vida, do nascimento até à morte, as regras da relação com os outros através dos círculos da família, da paróquia, do ofício, da província e da

nação, assegurava a cada um o sentido da existência, a chave vital da presença no mundo que, em todos os tempos e lugares, é, afinal, essência profunda da cultura.

Este quadro de referências estabilizado ao longo dos séculos encontra-se completamente estilhaçado. Assim, o, acho eu, maior e estimulante desafio que se nos coloca é reencontrá-lo, repensá-lo ou redescobri-lo. Com outros olhos e outras concepções, noutra tempo, noutra mundo, mas neste país! Porque não é possível ressuscitar o que inexoravelmente acabou, vai ser necessário começar a inventar uma nova cultura que não traia as heranças do passado, nem desminta o sonho dos homens viverem em liberdade e (devemos firmemente dizê-lo) aspirarem à realização pessoal e à felicidade.

- 11- «Fez-se há tempos a consagração da aldeia mais portuguesa. Construiu-se um galo de prata e disseram-se ou escreveram-se palavras encomiásticas onde se disting am, aqui e além, tons de menos apreço pela urbe moderna e higiênica; chegou-se à heresia de chamar a Monsanto o salão nobre da Beira. A intenção foi certamente louvável mas ajudou a vincar o diferendo em discussão. Glorificar como mais portuguesa, porventura como modelo de povoado rural, uma aldeia suja e rude (agora, ao que dizem, mais escanhoada), só porque tem umas pedras de há muitos séculos (e para ela se fizeram os museus), é de um espiritualismo que eu não compreendo, mesmo com esforço. Disso ninguém tem culpa, dado que é pieguice minha. Mas porque se não glorifica a aldeia mais limpa, a aldeia mais bonita, a aldeia mais produtiva, enfim, a aldeia que mostre qualquer característica positiva e boa em oposição a esta característica negativa de reproduzir fielmente, por atrazo e não propósito, os tempos de COVADONGA!»

Pof. Eng^o Ferreira Dias ("Linha de Rumo", 1945?)

- 12- «Eu tive um amigo, espírito delicado e culto, mas tão apaixonado amante e admirador das coisas da sua humilde terra natal, que sempre encontrava ali alguma preciosidade a citar, em oposição às maravilhas do mundo inteiro. Falava-se-lhe, por exemplo, nos mármores do Pártenon, e ele acudia logo: "No museu de Serpa há um busto, etc. Lembrava-se o coro da cathedral de Burgos e ele, sem hesitar: "Na Igreja da Encarnação, em Serpa, há uns andores ...". Só emudecia quando se lhe falava no mar, nos seus encantos, na sua vastidão,

nas sua praias, do que se abusava um pouco para o arrelhar. Mas uma vez que alguém encaracia os efeitos da fosforescência no Pacífico, aonde, de resto, nunca for, ele não se conteve que não interrompesse, em tom sincero e convicto, dizendo: "No passeio público de Serpa temos um tanque que durante o Verão fosforesce"(...))

M. Teixeira Gomes ("Agosto Azul", 1926)

13- «Cultura é comer direito, vestir decente e habitar seguro.»

Agostinho da Silva

14- «(...) É imperativo promover a afirmação de uma nova cultura fundada no alargamento da noção de desenvolvimento em que o homem será agente e destinatário. (...) Esta nova cultura deverá afirmar o primado do homem sobre a tecnologia e integrar o meio ambiente, deverá incrementar as diversas formas de expressão tanto dos indivíduos como dos povos. Deverá, enfim, proclamar a salvaguarda da autenticidade dos valores ao mesmo tempo que encoraja a procura persistente de novos sistemas de valores. (...) As finalidades novas do desenvolvimento e da cultura implicam uma redefinição dos princípios, das finalidades e das funções da educação. (...) A educação deverá ter em conta as exigências locais bem como as realidades da vida moderna no sentido de contribuir para novos modelos originais de desenvolvimento venham a surgir.»

("Le Monde à l'horizon 2000", relatório elaborado em 1987, no âmbito da UNESCO)

15- «Não é possível resistir a uma política de património. Ela propõe, num mundo hiper-funcional, espaços de diversão que captam demasiado facilmente todas as nossas tristezas e nostalgias. Mas do passado apenas retém fantasmas. De qualquer modo, o essencial não é a conservação do que é material e visível. O que torna o quotidiano ainda habitável e poético são as artes inumeráveis e secretas da memória e do esquecimento.»

Marc Guillaume ("La politique du Patrimoine")

16- «Amar o povo pelo seu pitoresco não é verdadeiramente amar o povo.»

António Sérgio ("Em torno do problema da língua brasileira", Seara Nova, 1937)

Helena Paiva

COMUNICAÇÃO APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA
FEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS COLECTIVIDADES DE
CULTURA E RECREIO, FELICIANO DAVID, NO I ENCONTRO
DE ACÇÃO CULTURAL DO DISTRITO DE PORTALEGRE, EM
94.05.14

Cumpre-me em primeiro lugar agradecer o convite que foi formulado à Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio para fazer-se representar e intervir neste I ENCONTRO DE ACÇÃO CULTURAL DO DISTRITO DE PORTALEGRE. E, nesta ocasião, afigura-se-me oportuno fazer uma reflexão sobre as grandes questões com que, neste momento, se debate o Movimento Associativo de raiz popular.

Mas, para uma melhor compreensão da problemática actual, que permita encontrar os caminhos do futuro deste rico e complexo fenómeno social, interessa analisar, ainda que sucintamente, as principais motivações que estiveram na origem da criação de milhares de colectividades ao longo de século e meio de existência.

O associativismo teve início, em Portugal, em meados do século XIX e, até aos nossos dias, foi assumindo as mais diversas formas e desenvolvendo múltiplas actividades, como resposta aos interesses e motivações das comunidades onde nasceu.

Assim, as primeiras associações, que remontam à década de quarenta do século passado, prosseguiam, essencialmente, fins mutualistas e de instrução (é o caso da Associação dos Artistas Lisbonenses, criada em 1839 e tida como a primeira associação não corporativa).

Durante a segunda metade do século XIX e até à Iª Guerra Mundial, a música surge como forte motivação do Movimento Associativo, traduzindo-se pela criação de centenas de filarmónicas por todo o País; de igual modo, o socorro contra incêndios deu origem à constituição de inúmeras associações de bombeiros..

A partir dos anos vinte do nosso século, até à actualidade, os objectivos desportivos assumem particular relevância, com destaque especial para o futebol.

Também o teatro, o folclore, o canto, a prática do campismo, etc., estiveram subjacentes à criação de muitas associações, algumas das quais se revestem de certa especificidade, como é o caso das casas regionais, que funcionam como polos agregadores de indivíduos oriundos de uma dada região, cidade ou vila e que, devido a fenómenos migratórios, se fixaram num centro urbano.

Naturalmente que a definição de objectivos privilegiados de acção no acto de criação de uma colectividade (espelhados, frequentemente, na designação adoptada para a associação), não impediu ontem, e não impede hoje, que um universo de outras motivações e interesses de natureza recreativa, cultural ou humanitária seja prosseguido no dinamismo da vivência associativa.

As colectividades, enquanto estruturas vivas, num processo dinâmico, devem reflectir, em cada época e contexto, os interesses e anseios das comunidades em que estão inseridas.

Uma colectividade não pode, pois, sobreviver ou estará condenada ao imobilismo, se os seus dirigentes esgotarem os objectivos mobilizadores da sua geração, sem irem ao encontro das motivações das novas gerações.

Contudo, a evolução das sociedades, criando novos problemas e motivações, determina diferentes padrões de comportamento do indivíduo e das instituições, num incessante ciclo de mudança, sendo por isso, também, geradora de crises de adaptação.

Estas breves considerações conduzem-nos a uma das questões que se colocam ao Movimento Associativo actual - saber se está em crise (como alguns dirigentes associativos afirmam) ou, se pelo contrário, manifesta dinamismo e capacidade de adaptação às novas realidades sociais, culturais e económicas.

Não corroboro, inteiramente, a ideia simplista de que "o Movimento Associativo atravessa uma crise", se tal afirmação for sinónimo de declínio. Apesar de fenómenos conjunturais dificultarem o desenvolvimento da sua actividade, penso que o associativismo, salutarmente, deve viver permanentemente em crise, mas esta de adaptação e crescimento.

De facto, se algumas colectividades encerraram as suas portas, outras foram criadas (segundo algumas estimativas existem, hoje, entre 8000 a 10000 colectividades, agregando centenas de milhar de associados e constituindo uma realidade ímpar no contexto português). É certo que muitas ficaram pelo caminho, mas outras, embora centenárias, mantêm-se jovens, desenvolvendo intensa actividade e procurando vias de adequação a uma sociedade em constante mutação.

Numa sociedade cada vez mais desumanizada, em que os valores materiais do lucro, da competitividade, do êxito, se sobrepõem aos valores da solidariedade, da entreatajuda, da família, da justiça, gerando fenómenos de isolamento, de toxicodependência e de exclusão social, as colectividades continuam a ter um importante papel a desempenhar.

O seu carácter independente, democrático e humanista faz das colectividades verdadeiras escolas de aprendizagem cívica e democrática, contribuindo para a valorização e integração dos seus associados e famílias nas comunidades em que estão inseridas.

Mas, falar do Movimento Associativo de raiz popular, é também falar de cultura.

Ao longo de século e meio de existência as colectividades foram, certamente, as instituições da sociedade civil que maior contributo deram para o desenvolvimento cultural do nosso povo.

Infelizmente, a importância deste papel supletivo da acção do Estado, levado a cabo pelo Movimento Associativo, não tem sido devidamente compreendido e apoiado.

As colectividades têm um papel insubstituível na congregação de interesses das populações, na mobilização de vontades e na preservação das nossas raízes culturais. São estruturas não só integradoras mas também polos criadores das mais diversas "formas de expressão cultural".

A sua área de influência é enorme e o seu património e volume do movimento financeiro ascende a muitos milhões de contos.

Todo este vasto movimento apoia-se, singularmente, no trabalho abnegado de milhares de dedicados dirigentes que, segundo um prestigiado associativista, "praticam um verdadeiro sacerdócio".

No entanto, apesar do reconhecimento público de que o movimento associativo constitui um factor de desenvolvimento socio-económico e cultural do País, o Estado não tem assumido as suas responsabilidades, consagradas na própria Constituição, de apoio às colectividades, por forma a suprir as suas carências, circunstância que muito tem afectado a sua actividade e põe em causa a sobrevivência de muitas delas.

Nesse aspecto é justo realçar o papel importante que o Poder Local tem desempenhado, nos últimos anos, no apoio ao Movimento Associativo. Por isso, a Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio vai galardoar a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, com a "Medalha de Reconhecimento e Homenagem", por ocasião do 70º Aniversário da Federação, que terá lugar a 31 de Maio próximo.

MAS QUE FUTURO PARA O MOVIMENTO ASSOCIATIVO?

1 -" O Associativismo, hoje como ontem, qualquer que seja o seu tipo, pressupõe uma renovação constante com um protagonismo que conduza ao rompimento dos seus próprios limites: **innovar, transformar em função da análise das necessidades e da avaliação realista dos resultados das actividades** - eis a palavra de ordem.

- Os tempos actuais exigem do Movimento Associativo um estado de espírito entusiasta, mobilizador, de abertura à juventude, às mulheres, aos idosos, às minorias étnicas e à solidariedade entre todos, não esquecendo os deficientes, a recusa de modelos acabados, uma intensa ligação à comunidade, de forma a encontrar os caminhos que sejam uma resposta eficaz aos desafios da Europa, onde estamos inseridos."

2 - O Congresso Nacional das Colectividades de Cultura e Recreio, realizado em Outubro do ano passado, em Almada, aprovou importantíssimas CONCLUSÕES, algumas das quais passo, sucintamente a referir:

2.1 - QUANTO À JUVENTUDE

- Foi reconhecida a urgência de integrar os jovens nos Corpos Gerentes e nas secções das colectividades, com vista a reforçar o trabalho e a contribuir para a luta contra a toxicodpendência e outros aspectos de marginalidade. Considerou-se, também, que as colectividades devem ter espaços privilegiados para a juventude poder desenvolver todas as suas potencialidades físicas, culturais e recreativas e que não deve haver critérios selectivos de idade para o trabalho e colaboração dos jovens.

2.2 - QUANTO À FORMAÇÃO DE DIRIGENTES

- É de grande interesse para os dirigentes frequentar acções de formação especialmente preparadas para o desempenho das suas funções.

- Os projectos de formação devem transmitir ideias sobre novas experiências, abrir pistas para o futuro e perspectivar que a formação é um caminho indispensável para planear, intervir e agir.

- As acções de formação de dirigentes devem ser extensivas a todo o País havendo, portanto, a necessidade de se prepararem formadores, para o que se torna necessário o apoio e colaboração de Entidades Oficiais ou Particulares.

2.3 - NA SUA LIGAÇÃO À COMUNIDADE LOCAL

- O Movimento Associativo Popular existe como expressão real de um projecto de organização da vida em comunidade, embora sendo uma proposta dos associados, deve privilegiar a relação com os diversos agentes locais - Escola, Autarquias, Empresas e Associações Específicas - assumindo-se de "forma aberta" como agente essencial do desenvolvimento local.

- Na relação com a Escola, estabelecer formas de colaboração regulares (equipamento e projectos).
- A ligação à comunidade é um exemplo, uma condição pedagógica, um estímulo para implementação de estratégias solidárias de prestação de serviços aos sócios e à comunidade.
- O papel social da colectividade será tanto mais reforçado e prestigiado quando o trabalho que nela se desenvolve, em diferentes áreas, resultar da ligação à vida social e por todos for sentido como a resposta a necessidades culturais, desportivas e recreativas na vida comunitária.

2.4 - ANIMAÇÃO SOCIO-CULTURAL

- A animação socio-cultural, devidamente desenvolvida sobre projectos bem elaborados, terá de ser base de quase todo o trabalho das colectividades.
- A função do animador socio-cultural nas colectividades é uma das orientações necessárias para a mudança no Movimento Associativo.

2.5 - RELAÇÕES INTER-COLECTIVIDADES

- Quando existem diversas colectividades próximas, com âmbito de influência na mesma população, não tem sentido que todas pratiquem as mesmas actividades culturais e desportivas, às vezes com rivalidades exacerbadas, em vez de discutirem os seus problemas comuns e rentabilizarem pessoas e espaços.
- Considera-se imprescindível para o Movimento Associativo, um melhor relacionamento entre as colectividades, tendente à criação de órgãos consultivos e coordenadores no âmbito do bairro, da freguesia, do concelho, conforme o número das colectividades.

2.6 - RELACIONAMENTO COM O PODER CENTRAL E LOCAL

- Foi unânime a conclusão do alheamento e desinteresse, e mesmo obstrução, do Poder Central em relação às colectividades.
- Em contrapartida concluiu-se que, de uma maneira geral, o Poder Local preocupa-se em fomentar a cultura, o desporto e as actividades de todo o tipo desenvolvidas pelas colectividades, pelo que lhe atribuem subsídios, assinam protocolos de cooperação e organizam acções em conjunto.
- Existe, pois, uma contradição entre a ineficácia do Poder Central e a acção participativa do Poder Local. Por isso, e mantendo as colectividades o princípio da sua autonomia em relação a todas as formas de poder, deveriam delinear-se e concretizar-se projectos integrados do Poder Central com as autarquias locais, de desenvolvimento cultural e desportivo.

-Promulgação de uma lei-quadro para o sector associativo português com a definição de apoios financeiros, técnicos, materiais e outros.

Por fim desejo falar-lhes sobre a Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio e das principais linhas de força do Programa de Acção para o triénio 1994/96 da Direcção que tomou posse há cerca de dois meses.

1 - Reforçar o papel da Federação, imprimindo-lhe nova dinâmica, por forma a assumir maior protagonismo junto dos Órgãos do Poder Central, nomeadamente, reivindicando para si o Estatuto de Parceiro Social, exigindo que seja promulgada legislação que consagre o Estatuto do Dirigente Associativo e que defina os apoios que o Estado deve conceder ao Movimento Associativo Popular;

2 - Promover a reestruturação do Movimento Associativo a nível nacional, regional e local, com vista ao seu reforço, unidade e adequação à realidade nacional;

3 - Desenvolver uma acção efectiva de dinamização/coordenação do Movimento Associativo, procurando envolver nesse processo o maior número de Federadas e fomentar a participação de jovens e mulheres na vida associativa;

4 - Proceder ao estudo de questões específicas nas áreas do teatro, das bandas/filarmónicas, do desporto e das casas regionais;

5 - Dedicar uma atenção muito especial à informação e à formação, elaborando um Plano de Formação de Dirigentes e Animadores Associativos;

6 - Lançar uma campanha, a nível nacional, através dos órgãos de comunicação social, com o objectivo de divulgar a importância socio-económica e cultural do Movimento Associativo, seus valores e papel na sociedade portuguesa;

7 - Proceder ao levantamento das colectividades existentes, a nível nacional, com vista a poder fazer-se o diagnóstico da situação actual do Movimento Associativo;

8 - Promover o estudo e publicação da História do Movimento Associativo Popular e realizar uma exposição itinerante sobre a sua realidade no passado e na actualidade.

Para terminar, quero exprimir a minha convicção de que a acção das colectividades é cada vez mais importante e o seu papel insubstituível, pois os valores que sempre moveram a vida associativa e foram sendo transmitidos de geração em geração, mantêm-se bem vivos. Se soubermos adaptá-los à problemática actual, o associativismo, como força criadora e motivadora de transformações sociais, saberá sobreviver e ser futuro.

Portalegre, 14 de Maio de 1994

A Intervenção no Património Cultural do Concelho de Monforte

O conceito de património encerra no seu significado uma conotação suficientemente profunda, necessitando que se especifiquem, cada vez que o abordamos, as diferentes acepções. Convém realçar como importante o significado de "propriedade" que o termo tem implícito, fazemos referência a conjuntos patrimoniais privados ou de natureza pública, abordaremos sempre referências de pertinência individual, familiar, municipal ou institucional. É desde este primeiro aspecto que sobressai a responsabilidade que compromete cada um dos que possuem a "titularidade", como legítimos beneficiários do "seu" património.

Devemos deter a nossa atenção, na definição das limitações e competências existentes sobre Património Histórico-Cultural, como condição prévia à análise e planeamento de iniciativas pró-conservação, recuperação e divulgação do mesmo.

Pensamos que a unidade de gestão de património mais eficaz, devido à sua proximidade e operacionalidade é a de natureza pública municipal, ainda que a legislação actual coloque no sector estatal a maior carga de responsabilidade neste sector.

Assim, julgamos ser no âmbito local e regional (associação de Municípios em estratégias culturais comuns, numa mesma região, distrito, província ...) que deveremos centrar as aspirações do modelo de intervenção patrimonial aqui exposto.

I - Estratégias de Gestão Patrimonial : O MODELO

A sistematização das tarefas a realizar, coloca-nos um conjunto de estratégias de gestão coordenadas e integradas dentro de um programa e perspectiva de trabalho alargados que enunciaremos, esperando poder vir a participar num amplo debate que as mesmas, certamente, suscitarão nos diferentes níveis de intervenção cultural (onde o Técnico de Património propõe integrar-se num trabalho cultural globalizante, como mais um elemento da equipa necessariamente *interdisciplinar* que a actividade cultural sugere).

Por isso torna-se necessária a articulação do conteúdo do modelo com os diferentes níveis de trabalho, cada um deles dotado de um sentido em si mesmo, relacionado-os com a realidade geral do esquema adoptado para o Concelho de Monforte.

A) Definição quantitativa e qualitativa da realidade histórico-patrimonial :

Trata-se de um trabalho de "peritagem" (na Câmara Municipal de Monforte essa actividade foi já iniciada pelo seu Gabinete de História sob a responsabilidade do Sr. Dr. José Inácio Militão da Silva, bem como é de, igualmente, enaltecimento o labor desenvolvido pelo investigador local, Sr. António Maria Cunha), cujo sentido se revela numa primeira tomada de consciência, o mais exacta possível no que respeita ao conjunto aproximado do nosso património Histórico-Cultural local.

A amplitude e características do conjunto patrimonial integrado na nossa "paisagem / espaço", seja ele de características monumentais, espaço Ambientais e Culturais (modos de produção tradicionais, artesanato, cozinha regional, danças e cantares, hábitos e costumes, festas, jogos e outras manifestações colectivas, etc...), sugerem-nos a variedade e selecção das prioridades de actuação. Só deste ponto de vista se torna real e imprescindível a sistematização do trabalho a desenvolver na multiplicidade de aspectos que envolvem o património Cultural desta Região, com previsível êxito, assim como se constatará as possibilidades de adaptação do modelo proposto, que deve ser em si, não um fim, mas, um meio de intervenção útil às comunidades que pretende servir. Neste sentido resulta operativa a elaboração e utilização de diferentes métodos de recolha e ordenação dos dados compilados, como por exemplo resultam a realização de fichas específicas de catalogação por área de actuação ou mesmo por elemento cultural em recolha, caso se tratem de bens móveis ou imóveis de património, a elaboração de fichas próprias adaptadas às características particulares de cada elemento cultural, são um labor indispensável, tendo em conta os modelos convencionalmente adoptados, por ex: ficha tipo para levantamento patrimonial da Unesco e seu posterior tratamento informático, tendo em vista o acesso e manejo rápido das diversas variáveis e o interesse que contém.

A elaboração dos arquivos sobre os diferentes aspectos tratados nas recolhas de informação (trabalho de campo), colocam-nos numa posição favorável (porque conhecedora), para a definição da nossa riqueza patrimonial, com a incorporação de um conjunto de critérios, que devem permitir a discriminação de informação e o equilíbrio temático. Esta actividade levar-nos-á à criação de um ficheiro básico, interactivo, em continuo crescimento, acompanhando os novos conhecimentos e investigações, sugerindo um plano de actividades culturais socialmente compreendido e apoiado pelas comunidades envolvidas, dado que se pretende a sua valorização patrimonial, cultural, económica, e devem ser estas o nosso principal destinatário.

B) A intervenção e agilização das medidas de conservação e recuperação :

O objectivo deve ser agora, nos diferentes níveis que os meios à nossa disposição nos permitam, invertendo na medida do possível os processos de deterioração e perda que sofre o património histórico-cultural local, propondo e executando, inclusive pelas vias previstas na nossa legislação, as adequadas medidas de protecção em função das prioridades e estratégias definidas na equipa interdisciplinar que venha a ser formada no âmbito do poder local e instituições de carácter cultural e profissional que se associem à iniciativa, devendo ser o mais amplas possível, de modo a que se encontrem representados os diferentes sectores de opinião, bem como das diferentes áreas de investigação.

É imperioso chamar a atenção para a necessidade do conhecimento e identificação dos mecanismos administrativos oportunos, relativos a cada caso, assim como a imprescindível disponibilidade dos meios humanos e materiais de carácter técnico, quando as condições o exigirem, que tornem possíveis actuações de "Urgência" ou primeiros auxílios (exemplo: detecção de achados arqueológicos nas fundações de obras públicas, ou particulares levadas a cabo na área de actuação do "Plano de Intervenção Cultural").

É necessária a coordenação entre as diferentes administrações e organismos competentes que intervêm neste processo, concretizando-se na elaboração de planos de intervenção de diferente periodicidade e conteúdo, nos quais é prioritário garantir a disponibilidade de meios com o apoio de todas as instituições e organismos implicados.

Deste modo chamamos a atenção para a importância de uma crescente articulação entre o Gabinete de História e o Gabinete Técnico Local por um lado, e por outro a relação e colaboração com a EPRAL (Escola Profissional da Região do Alentejo), nomeadamente através dos polos de Monforte e Estremoz, por constituírem as secções mais directamente relacionadas com as temáticas patrimoniais e culturais da região.

C) Ordenação das fórmulas de uso e reabilitação do Património Histórico Cultural.

Só a reintegração do Património Histórico-Cultural pela dinâmica contemporânea, assegura a sua "sobrevivência", tomando um significado "renovado" no seio da comunidade em que se "reaviva", readquirindo o valor social que lhe está implícito, transforma-se em necessidade perentória reanimar a funcionalidade dos elementos de valor patrimonial num outro sentido, como solução mais fiável tendo em vista a sua manutenção. Não nos referimos só ao património monumental, mas também ao património ambiental, e de um modo geral à preservação e melhoramento da qualidade de vida das populações tendo em vista a capacidade de oferta de um turismo rural e ambiental, cuidado e inserido no âmbito de "**Paisagem cultural**" (paisagem natural + intervenção antrópica tradicional), que não se opõe ao conceito de "paisagem natural", pelo contrário o complementa e revigora com o enquadramento e perspectiva histórico-cultural da intervenção do elemento humano, que desde o aparecimento do homem lhe é indissociável), para o qual uma percentagem das verbas obtidas poderão ser canalizadas para a sua manutenção, preservação e investigação.

Diável é conseguir o ideal, da devolução de todos os elementos recuperados à sua função original, no momento em que esta possa ter perdido a "função histórica", no entanto, não devemos depreciar a possibilidade de uma alteração no uso garantir a sua conservação física.

Ainda que as qualidades intrínsecas (culturais, artísticas...) do bem patrimonial costumem ser causa suficiente de conservação (ex: as Igrejas Matriz, os conventos com ocupação, o monte alentejano ainda em actividade, etc...), o somatório desses valores, a outros relativos ao seu restauro e colocação em actividade, por vezes, diferenciada da primitiva utilização (ex: como pode ser o aproveitamento de casas ou aldeamentos em contextos de abandono, o seu restauro e posterior utilização como pólos de acolhimento de turismo rural e ambiental, ou aproveitamento de uma casa, palácio, convento em mau estado de conservação, para a instalação de uma unidade museológica e museográfica...) podem significar, também, uma garantia da sua manutenção e revitalização.

D) Fomento dos trabalhos de investigação :

Tomando possível uma redinamização dos aspectos patrimoniais de forma individual e colectiva, firmando as bases do desenvolvimento de futuros conhecimentos sobre estes, é necessário planificar o desenvolvimento da actividade de investigação que nos permita ter um maior conhecimento sobre

os diferentes aspectos culturais que enriquecem e valorizam as unidades patrimoniais em si mesmas. Sabemos não ser fácil manter o carácter de "actualidade" de um conjunto patrimonial local, ao existir a tendência natural para a sua queda no abandono e no esquecimento das gerações posteriores.

São muito variados os campos de investigação abrangidos pelo estudo do Património Histórico-Cultural, por isso o Gabinete de História da Câmara Municipal de Monforte, vem desenvolvendo uma actividade ampla e heterogénea tendente à obtenção de um melhor "conhecimento" da realidade Histórico-Patrimonial e Cultural do Concelho de Monforte nas suas diversas componentes (Arqueológicas, Arquitectónicas, Etnográficas, etc...).

Este primeiro diagnóstico foi conseguido através de uma estratégia de investigação documental (documentação impressa e manuscrita) da qual resultou a formação de pequenos ficheiros, que posteriormente serão informatizados.

Acompanhando esta investigação documental, desenvolveu-se um levantamento patrimonial, nomeadamente do principal Património Edificado do conjunto arquitectónico existente no concelho de Monforte (o qual se encontra ainda por finalizar, temos conhecimento de um trabalho anterior iniciado pelo Dr. Jorge Rodrigues em 1989-90, não tendo sido entregue, até ao momento, qualquer relatório do mencionado levantamento a esta Câmara Municipal).

No campo Arqueológico este Gabinete desenvolveu um primeiro estudo introdutório em relação à riqueza e variedade das "estações" e "sítios arqueológicos" deste Concelho, através de várias campanhas de prospecção de campo secundadas por estudos de gabinete que permitiram a sua localização geográfica e cartográfica.

Por outro lado, parte deste labor "concentrou-se" no Plano Director Municipal de Monforte, nomeadamente no **Enquadramento Arqueológico e Arquitectónico** que consideramos condição *sine qua non* para a prossecução deste modelo de intervenção patrimonial.

Uma outra linha de orientação ("filosófica"), que tem prevalecido neste Gabinete de História em perfeita sintonia com o Pelouro de Cultura da Autarquia tem sido a articulação e óptima relação com os vários níveis de ensino local (Básico, Integrado e Técnico Profissional), em várias iniciativas culturais locais, relacionadas com a "sensibilização" dos Jovens na acepção do "seu" Património Cultural.

E) Difusão da riqueza histórico-patrimonial, objecto de actuação :

O Património histórico-cultural, pelas suas características pode ser valorizado segundo um conjunto variado de pontos de vista, que oscilam desde uma vertente puramente cultural, à social e económica. Neste sentido não podemos esquecer a referência à comunidade em cujo benefício devem reverter as actividades tendentes à difusão e reconhecimento de um legado patrimonial, entendido como um fim em si, e ao mesmo tempo como meio cultural e de riqueza.

O Património local não pode abstrair-se da conveniente rentabilidade social que, em boa medida, exigem os investimentos dispendidos na sua reabilitação e conservação. Nenhum sector social deve alhear-se da participação activa no " Plano de Intervenção Cultural ", desde as entidades concelhias à formação escolar, comunidade científica, associações culturais, desportivas, turísticas, etc...

Torna-se imprescindível o domínio e aplicação do maior número de formas de registo, nomeadamente no campo áudio-visual adequando-as

metodologicamente aos objectivos de difusão pretendidos, se queremos ver satisfeito um dos pontos primordiais da "Nossa" actividade, que é permitir o conhecimento, cuidado, respeito e compreensão do "dado patrimonial".

II • MARCO E ACTUAÇÃO

Tanto do ponto de vista temático como cronológico, tudo o que for susceptível de integrar o âmbito do " Património Histórico-Cultural" será passível de tratamento investigativo, administrativo, e eventualmente integrado num plano de divulgação

Principais Critérios a utilizar:

1- Monumentalidade histórica (estado de conservação e interesse histórico-cultural, artístico etc...)

2- Recolha exaustiva e catalogação de elementos de históricos de cultura móvel

3- Valor antropológico e etnográfico, incidindo o estudo nos elementos do mundo agrícola rural tradicional, como corolário de um processo técnico-productivo que se inicia na Neolitização vindo até à introdução das máquinas agrícolas industriais. Outro dos aspectos a ressaltar é a sua profunda mutação e conseqüente risco de perda de informação.

4- Respeitar as principais directrizes do enquadramento Arqueológico e Arquitectónico do Plano Director Municipal de Monforte através dos principais critérios, tais como:

a-) A criação de zonas de protecção para sítios ou monumentos arqueológicos de elevado interesse.

b)- A delimitação espacial e caracterização física do Centro Histórico da Vila de Monforte.

c)- A relação vivencial do centro Histórico com a comunidade local permitindo a criação de uma simbiose entre ambos, atenuando o impacto do progresso e as contradições geradas neste processo.

d)- A conservação e preservação dos vários Núcleos Arquitectónicos que compõem o Concelho Histórico da Vila de Monforte, através de uma colaboração e articulação directa com o G.T.L. de Monforte.

e)- A realização de diversas acções de animação e posterior divulgação do Centro Histórico, sob uma perspectiva de rentabilidade social.

Como segundo aspecto, referiremos que os limites de gestão, do acervo documental, encontrar-se-ão nos convénios e plataformas que venham a ser conseguidos pela CMM e as instituições que se associarem às diferentes iniciativas, estabelecendo-se os níveis de participação na gestão dos diferentes bens culturais que venham a ser recuperados e valorizados socialmente, através da divulgação junto da comunidade. Para a qual contribuirá substancialmente a criação de um museu monográfico e arqueológico, ou por programas de promoção externos, como a divulgação turística, realização de reuniões temáticas, semanas patrimoniais, artísticas, desportivas gastronómicas etc....

A lógica e a operatividade, sugerem, que por outro lado, que não se exclua a hipótese de uma actuação mais ampla de tipo pontual, a nível municipal, ou no terreno da investigação se os casos o aconselharem.

É conveniente destacar que os projectos de trabalho, assumem plenamente o conceito global de "Municipalidade", ou de associação de municípios) sem restrições, e também concedendo prioridade aos casos de

Municípios, que em conjunto conosco queiram participar estabelecendo-se prioridades de actuação conjunta. Sem restrições, concedendo primazia aos casos de "urgência" ao "Património Rural", no estrito sentido do termo, que em grande parte se encontra indefeso, e por isso é castigado de forma mais crítica.

Uma actividade continuada de indagação, revisão bibliográfica e divulgação nos média locais, dos assuntos e temas de interesse tratados, permitindo a acumulação e sistematização de um fundo de dados variado, cujo conteúdo interdisciplinar exige uma organização permanente aos diferentes níveis.

A) Torna-se imprescindível um exercício de contacto directo com as fontes de informação, independentemente da sua maior ou menor fiabilidade.

O valor da informação oral e escrita vem sendo contrastado com os dados recolhidos pela observação dos elementos patrimoniais englobados no âmbito geográfico das actuações.

Assim, até ao momento foram realizados pelo Gabinete de História da Câmara Municipal de Monforte um levantamento bibliográfico desde a perspectiva histórica e patrimonial para o qual contribuiu o anterior trabalho de José Inácio Militão da Silva, bem como o acervo documental publicado pelo Sr. António Maria Cunha, in "Monografia Geral Sobre o Concelho de Monforte", presentemente encontra-se em realização a informatização do levantamento topográfico do Concelho, tendo como base as cartas militares 1:25.000, que permitirá a elaboração no futuro de um volume de "Geografia Temática", onde se reflectirão as cartas de vegetação, geomorfologia, investigações arqueológicas, geologia, unidades topográficas (corografia), classes agrológicas, solos e erosão de solos. Prepara-se também o primeiro período de levantamento sistemático do património Histórico Cultural do Concelho, que se realizará durante o próximo mês de Setembro sobre a égide da CMM.

A nível do Arquivo, salienta-se a existência de um importante legado documental, que se encontra de momento a ser levantado e arquivado, motivando o início de uma tarefa imprescindível de revisão dos temas tratados, passíveis de uma futura classificação, catalogação e informatização dos conteúdos.

Existem na mão de particulares, objectos móveis de interesse histórico, susceptíveis de estudo e inventariação, sendo necessária uma futura sensibilização para a entrega voluntária que proporcione o seu estudo, sem que seja afectada de modo algum a "propriedade" dos ditos materiais. No futuro com a criação de um museu municipal será possível a negociação ou a doação dos espólios referidos para o enriquecimento dos fundos do mesmo, e por conseguinte da comunidade monfortense.

O exercício da inventariação, consiste basicamente na formulação de um conjunto de fichas específicas segundo critérios, culturais, funcionais, tipológicos, de situação (Geográfica, ou pessoal no caso de serem pertença de colecções individuais), apoiados num registo cartográfico e fotográfico, destinando-se a um tratamento informático, que permita que essas variáveis sejam enriquecidas à medida que avance o registo de conhecimentos. A tipologia e variação dos suportes de registo da documentação obtida realiza-se em função dos diferentes elementos inventariados, tendo em conta o carácter específico de cada área do conhecimento histórico-cultural (arqueológico, monumental, económico, antropológico, sociológico, geográfico etc...)

B) Neste ponto enumeramos a "nossa" estratégia de gestão, as actuações incidirão directa ou indirectamente sobre o Património, nuns casos informando, acompanhando e assessorando instituições e técnicos que se encontrem interessados na colaboração do Plano de Actividades estando

em curso a criação de uma equipa que permita a realização de programas e actuações de conservação, reabilitação e restauro, contribuindo para a denúncia de atentados contra o património perpetuados no passado, em curso no presente, precavendo o futuro.

Como referimos incentivamos a recuperação do património móvel municipal (na perspectiva de colaboração Regional logo que se estabeleçam plataformas de colaboração com os Municípios, preferencialmente os que por razões de proximidade geográfica ajudem a conhecer e complementar numa relação "biunívoca" o conhecimento Histórico-Cultural do "nosso" Concelho, cientes de que este esforço é complementar e igualmente válido para as actividades de levantamento histórico-cultural que tenham já iniciado, ou que estejam interessados em activar), nas mãos de cidadãos individuais ou instituições, que permitam enriquecer o fundo Municipal, realizando paralelamente uma acção importante destinada a convencer e mobilizar o conjunto populacional para a necessidade de conservar e divulgar a sua riqueza histórica.

Existem casos em que serão necessárias intervenções de conservação e restauro, nos mencionados materiais que, se encontram, geralmente em mãos "interessadas", bastas vezes, pouco "expertas". A experiência do contacto com "coleccionadores locais", e a intervenção paciente de "reciclagem" tem permitido que voltem ao legado comunitário muitos dos materiais espoliados durante "escavações" ilegais, achados ocasionais em que se apropriam de bens da comunidade. Na maioria dos casos estas "colecções" não são adquiridas de "má-fé", revelando muitas vezes o interesse pelo "conhecimento" de um conjunto de materiais que "desapropriam" das suas relações contextuais, essas sim verdadeiramente importantes para o estudo dos comportamentos **HOMEM/SOCIEDADE** e **HOMEM/MEIO**. Mediante a entrevista pessoal ou a divulgação colectiva, temos constatado algumas vezes o abandono da actividade furtiva e em muitos casos a integração e colaboração no trabalho da equipa de investigação, tratando-se das comunidades a que pertencem, a sua actividade torna-se geralmente profícua dado o poder de observação e desenvolvimento do conhecimento do meio em que habitam.

No âmbito deste ponto referiremos ainda a necessidade de serem observadas pelo Técnico-Superior camarário, as actividades de construção que envolvam a necessidade de se preparem fundações, de modo a que sejam vigiados e superiormente apoiadas as obras a serem realizadas no Concelho, sejam elas de carácter individual (particular), ou da responsabilidade da própria Câmara Municipal. Esta disposição deverá ser posta à discussão dos diferentes níveis de poder local, permitindo a sua consequente aprovação em reunião camarária plenária. A medida será posteriormente comunicada, para que passe a ter os devidos efeitos legais. Este procedimento é fundamental para o estabelecimento de uma estratégia de intervenções patrimoniais de "urgência" que, por um lado, não atrasem significativamente as obras em curso, bem como permitam salvaguardar "fatias" do passado, enriquecendo o património local, que de outro modo seriam destruídas de forma irremediável.

C) Uma das prioridades será a criação de plataformas legais e operativas adequadas, que permitam à CMM e instituições colaboradoras, a coordenação local das actividades de investigação, ou como apoio a estudos considerados de interesse, potenciados por organismos oficiais ou privados desde que reconhecidos superiormente pelo Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR).

Estão a ser incentivados alguns projectos de investigação no domínio Arqueológico Patrimonial, Etnográfico, Arqueológico-Cultural e Ambiental. A filosofia veiculada por estas actividades é sempre a da **Interdisciplinabilidade**, abrindo com ela vias de ajuda e participação a todos

os especialistas locais, ou não, que demonstrem vontade em participar no marco das actividades patrimoniais em curso.

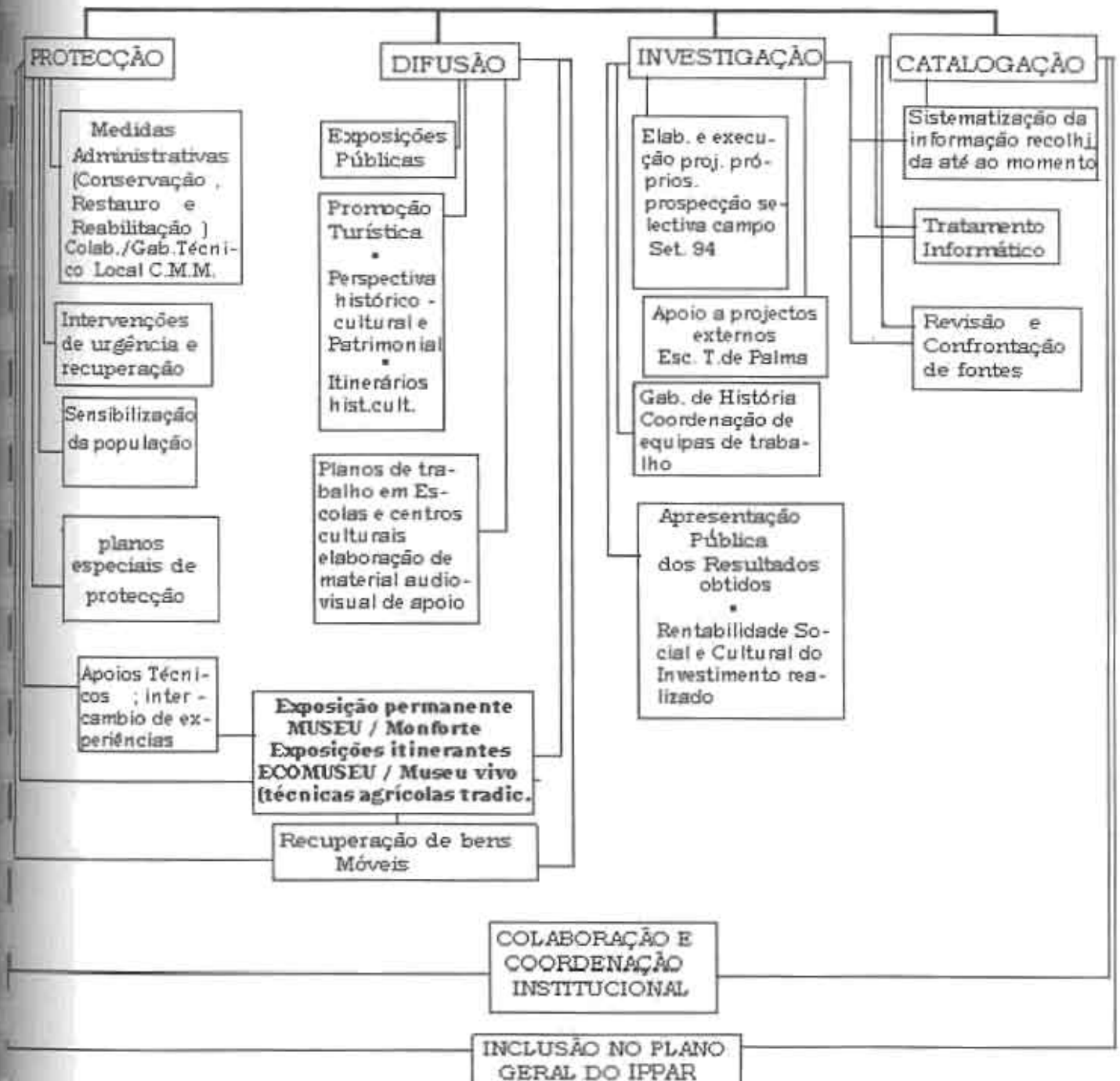
Pretendemos abrir novos campos de investigação na área patrimonial concebidos tanto por necessidades específicas, como por campos preferenciais suscitados pelos programas globais de actuação.

D) A difusão e promoção são, sem dúvida aspectos que devem concentrar uma atenção muito especial, dado o carácter didáctico das actuações que encerram, uma das traves mestras, que permite por um lado, tornar conhecida a actuação patrimonial na região, por outro dar a conhecer as potencialidades Turístico-Culturais tornando "apetecível" uma deslocação aos diferentes centros, animados pelo plano de desenvolvimento patrimonial e cultural. Encontra-se em formação uma pequena unidade de meios-audiovisuais, bem como a constituição de uma videoteca, arquivo fotográfico, que promoverão o apoio aos diferentes grupos de intervenção cultural concelhios (actividade teatral, musical, desportiva etc...).

Como já referimos, uma das prioridades é a recolha de dados antropológicos do mundo rural, e potencialidades naturais (estudos da fauna e de flora) que permitam o mais brevemente possível por em desenvolvimento planos de turismo rural e ambiental, enquadrados pelos dados de natureza histórica conhecidos actualmente. Conduzindo à planificação de itinerários para grupos organizados colaborando na divulgação turística local e municipal.

Gostaríamos de neste ponto fazer uma breve referência sobre a necessidade de promoção da actividade turística através da divulgação do "Património Histórico", entendido como algo que pode proporcionar receitas, sendo um dos factores de atracção de visitantes. Podemos fundamentar o conceito tendo em conta a projecção que Monforte (de preferência associado a outros concelhos limítrofes) e a região em que se localiza, poderão vir a disfrutar com a divulgação organizada e alargada da sua riqueza histórica face ao exterior, num mercado de turismo cultural em franca expansão na Europa e também com reflexos positivos na Península Ibérica. A realização de exposições temáticas e a futura formação de um núcleo museológico constituirão, certamente, pontos de confluência de visitantes dada a concentração de informações, que expostas de forma didáctica ajudem à melhor compreensão das rotas turístico-culturais que venham a ser elaborados, divulgando os pontos de maior interesse histórico-cultural da região.

MODELO DE INTERVENÇÃO NO PATRIMÓNIO HISTÓRICO MUNICIPAL



III - Aplicação do Modelo no Centro Histórico da Vila de Monforte

O presente modelo de actuação foi elaborado partindo da realidade Histórico-Cultural do actual Concelho de Monforte, atribuindo grande ênfase ao centro histórico da vila de Monforte de acordo com os pressupostos do Plano Director Municipal. A Vila de Monforte, possuiu um importante conjunto patrimonial edificado que urge conservar e preservar de modo a evitar-se a sua natural e evolutiva descaracterização arquitectónica.

Foi esta perigosidade que levou a Câmara Municipal de Monforte, através do seu Gabinete de História a criar espacialmente uma zona de elevado interesse arquitectónico cultural e histórico em função dos seguintes aspectos.

A -) Descrição física do centro Histórico da Vila de Monforte

O Património arquitectónico da Vila de Monforte, apresenta-se homogéneo, com claro predomínio da arquitectura barroca, que superou em grande parte o anterior traçado medieval. Fica dentro dos diversos planos de muralha do castelo Dionisino (completamente destruído e apenas visível em alguns panos de muralha) , com monumentos importantes para além do seu limite natural, ou seja sítios extra-muros (constituídos por Igrejas).

Perante esta situação optámos por agrupar este conjunto patrimonial edificado em cinco conjuntos arquitectónicos que elucidam acerca da evolução Histórico-Cultural da vila de Monforte e permitem a sua integração plena no P.U.G. (Plano Geral de Urbanização) de Monforte.

A sua identificação obedeceu a critérios de localização espacial, económico-culturais e funcionais , deste modo identificámos os seguintes núcleos :

- 1) Núcleo Medieval.
- 2) Núcleo de Arquitectura Barroca Religiosa (Zona Urbana).
- 3) Núcleo de Arquitectura Barroca Religiosa (Zona Periférica - Rossio de Monforte).
- 4) Núcleo de Arquitectura Barroca civil.
- 5) Núcleo de Arquitectura popular e/ou tradicional.

B) A problemática da sua conservação

Um dos problemas mais graves que se coloca a qualquer centro histórico é a sua preservação e conservação, devido aos factores naturais de degradação provocados pelo tempo e cada vez mais aos factores de acção antrópica , ou seja , a intervenção premeditada ou não do Homem na relação física com o espaço urbano em que habita.

Por outro lado, torna-se por vezes muito difícil obter o apoio da Administração Central , mais concretamente do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR) tendente à manutenção e preservação de grande parte dos Centros Históricos Portugueses.

Deste modo, é o poder local que fica responsável pela grande maioria dos Centros Históricos , bastas vezes possuindo insuficientes meios económicos, técnicos, científicos e humanos, quando não é a indiferença e insensibilidade à problemática patrimonial a ditarem as suas leis... .

No caso concreto do Centro histórico da vila de Monforte , torna-se urgente estabelecer um programa de acções de médio e longo prazo, composto pelas seguintes operações :

1- Levantamento de habitações degradadas para posterior recuperação através do programa RECRUA.

2- Elaboração de um **REGULAMENTO DE SALVAGUARDA E REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE MONFORTE**, assente nos princípios da legislação portuguesa (Lei 113/85 - referente ao Património Cultural Português, publicada no D.R. II Série , a 6 de Julho de 1985) e igualmente na legislação internacional, através da **Carta de Veneza** (Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios, aprovada em Veneza em 1964 , no II Congresso dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos; publicada pela ICOMOS em 1966).

Este documento deverá ser elaborado conjuntamente pelo gabinete de História da C.M.M. e pelo Departamento Jurídico da citada autarquia, remetido posteriormente a apreciação camarária através de reunião plenária.

Constituirá um elemento fundamental para o futuro do Centro Histórico e da própria Vila de Monforte.

3- Recuperação de imóveis degradados para novas funções diferentes das que desempenhavam primitivamente

4- Incremento das classificações de algum Património Religioso, nomeadamente das Igrejas que apresentam pior estado de conservação, localizadas fora do centro urbano, tendo em consideração o seu significado Histórico-Cultural e artístico. Apontamos igualmente, para a sua candidatura a programas de Restauro e Conservação do Património Religioso previstos pela União Europeia.

5- Como já referimos anteriormente, parece-nos extremamente importante e benéfica uma crescente articulação entre o Gabinete de História e o Gabinete Técnico Local e, também o restante apoio técnico (ex: Arquitecto , chefe de secção responsável pelo licenciamento de obras camarárias e principalmente as obras de particulares), respeitando as normas do Regulamento que venha a ser aprovado.

C) O Centro Histórico e a comunidade

A existência de qualquer centro histórico pressupõe igualmente uma comunidade populacional que o habita, por esta razão é imprescindível que os centros históricos sirvam as comunidades locais , sem prejudicar os seus interesses , pelo contrário devem melhorar as condições e a qualidade de vida dos seus moradores.

A criação do Centro Histórico de Monforte deverá obedecer aos seguintes critérios :

-- Estratos sociais e económicos dos seus habitantes (Na sua maioria)

-- Instituições e Serviços existentes no seu interior.

-- Os locais de repouso , cultura e diversão

-- Locais de actividade comercial

Principal objectivo dos pressupostos metodológicos - A SUA RENTABILIDADE SOCIAL

Na realidade os centros históricos devem abandonar a concepção de verdadeiros "mausoléus", afirmando-se como fontes de riqueza económica e patrimonial das comunidades que neles habitam, constituindo-se em pólos de desenvolvimento local.

Nesta perspectiva deverão ser entendidos como pontos importantes da atracção turística das cidades e vilas portuguesas, mas sempre respeitando a textura antropológica que os habita; sob pena de podermos contribuir para a descaracterização sócio-económica dos nossos centros históricos.

D) A Animação e a divulgação do Centro Histórico de Monforte

Como tivémos a oportunidade de referir, anteriormente, é necessário que haja uma relação de compromisso entre a comunidade local e o seu centro histórico. No caso específico de Monforte essa relação levanta problemas muito variados, face á grande indiferença da comunidade local para com os problemas patrimoniais. Pensamos que se impõe como medida imediata uma acção continuada de sensibilização junto da população (tarefa já iniciada há algum tempo), informando-a acerca do valor e importância cultural do espaço físico em que habitam e o modo como, o podem tornar mais agradável e atractivo.

Um dos principais destinatários desta campanha é a camada mais jovem despertando-a para o interesse em preservar o património local, a sua importância e os seus problemas.

Após esta primeira sensibilização procederemos á fase de animação desde o centro através de diversas acções integradas num programa educativo e promocional:

a) - A realização de exposições temáticas com participação dos alunos dos diversos estabelecimentos de ensino locais (Escola Básica Integrada de Monforte, Módulo da Escola Profissional do Alentejo).

b) - Passeios, visitas de estudo aos principais monumentos do Centro Histórico de Monforte.

c) Eventos musicais, semanas gastronómicas a nível local e regional em diversos pontos do centro.

d) A organização de diferentes manifestações históricas anuais, mediante a colaboração e articulação com a Comissão Regional de Turismo de S. Mamede.

e) A criação de novos espaços de divertimento aproveitando alguns edifícios já existentes, ou imóveis que se venham a recuperar.

Por sua vez a Divulgação destinar-se-á á promoção turística no exterior da região e Monforte e dos concelhos limítrofes. Deste modo o Gabinete de História aponta algumas acções que julga *a priori* benéficas para a população local, na perspectiva da rentabilidade cultural, social e económica.

1- Elaboração de itinerários temáticos (patrimoniais, paisagísticos, gastronómicos)

2- A realização de um filme/video visando a promoção da área geográfica do Concelho de Monforte nas suas diferentes componentes patrimoniais.

3- A organização de encontros/seminários e Congressos anuais temáticos

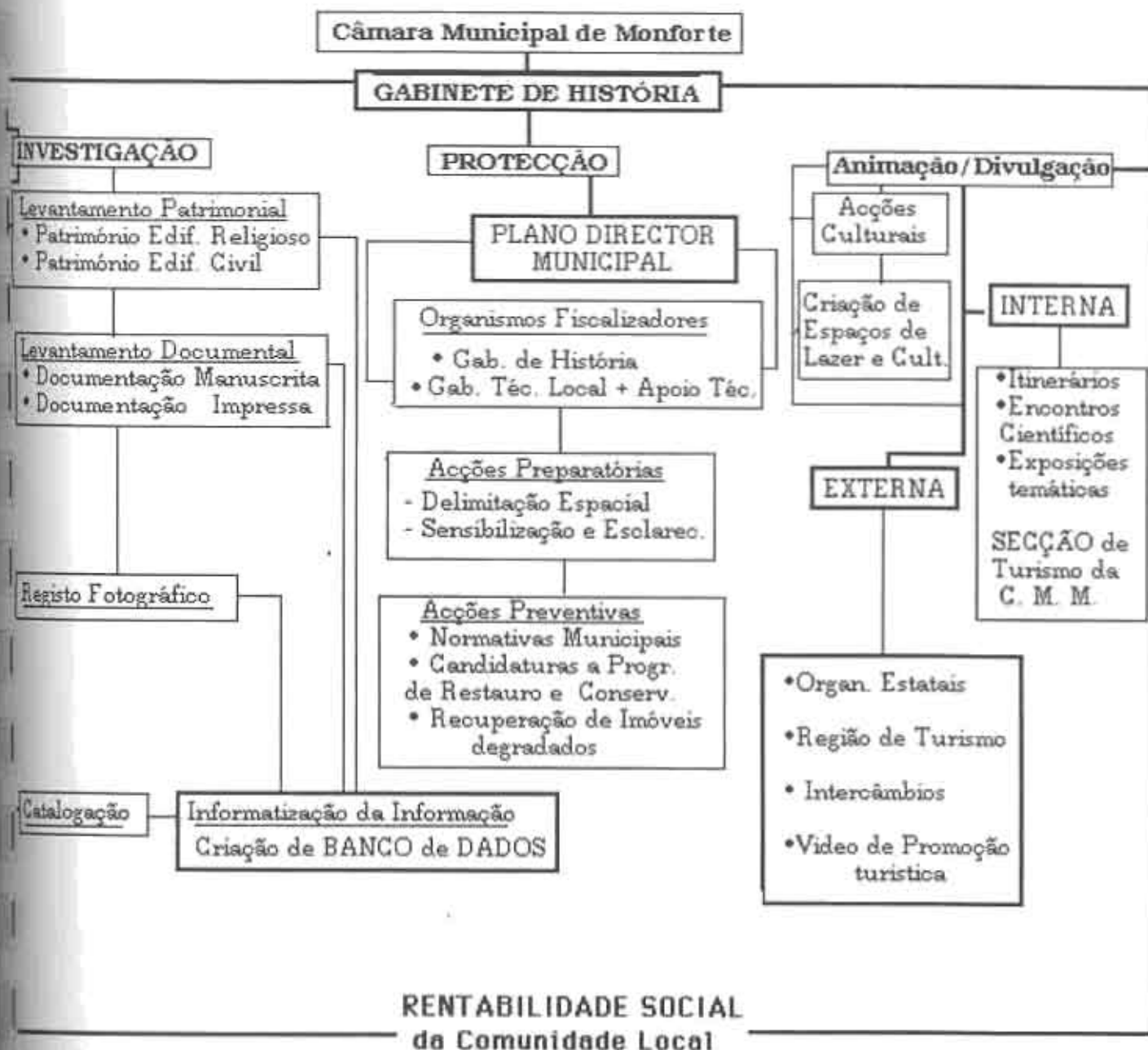
São estas as linhas gerais de actuação do Gabinete de História da Câmara Municipal de Monforte em função do Património Cultural deste Concelho e suas dificuldades que, apresentamos neste encontro e colocamos à discussão

**1º Encontro de Acção Cultural
do Distrito de Portalegre
MONFORTE / MAIO de 1994**

DR. JOSÉ INÁCIO MILITÃO DA SILVA*
DR. ANTÓNIO JOSÉ DE VILHENA DIEGUES*

* Gabinete de História da Câmara Municipal de Monforte

Aplicação do Modelo no Centro Histórico da Vila de Monforte



ERRATA

Na página 5 onde se lê Concelho deve-se ler "**Centro**"

Na página 6 onde se lê asuntos deve-se ler "**Assuntos**"

Na página 10 onde se lê possuiu deve-se ler "**possui**"

Na página 10 onde se lê planos deve-se ler "**panos**"

Na página 10 onde se lê P.U.G. deve-se ler "**P.G.U.**"

Na página 12 onde se lê Emsino deve-se ler "**Ensino**"

ASSOCIATIVISMO E SOCIEDADES DE CULTURA E RECREIO

É muito rico e variado o Associativismo Cultural, Desportivo e Recreativo, que costumamos designar no seu conjunto por Colectividades e que no concelho de Arronches se desenvolveu no início do século.

Num concelho como Arronches, com aproximadamente 5.000 habitantes, são doze as Associações e Clubes Desportivos e Recreativos que, de uma forma ou de outra, asseguram a ocupação dos tempos livres dos seus associados, organizando actividades recreativas, possibilitando a prática do desporto, da música e da dança regional. Pena é que, sendo um concelho com fortes tradições de teatro amador, tal actividade tenha desaparecido há muito, apesar dos esforços feitos nos anos 74/75, assim como morreu também a sua famosa banda de música (nos anos 40 chegou a haver duas).

Mas, com maior ou menor número de actividades, com maior ou menores ambições, todas começaram do mesmo modo: foi pelo anseio sentido por alguns de, em conjunto, criarem-se espaços dinamizadores e de enriquecimento para o indivíduo enquanto ser inserido num todo social, conduzindo-o a um salutar convívio e a uma vida mais sã, mais culta e mais agradável. Por vezes também, com um carácter político indisfarçável, como aconteceu com o Centro Republicano Arronchense, a mais antiga colectividade do Concelho, (1902), que foi um local de encontro e conspiração de homens conquistados e apaixonados pelo ideal Republicano. Era aqui que se podia ler *O Mundo* e mais tarde a *República*; os seus sócios constituíam a elite cultural e tinham obrigatoriamente de ser filiados no Partido Democrático.

Um pouco mais tarde nasceria o União Clube Arronchense, ponto de encontro dos chamados "remediados", isto é, os que tinham um ofício na vila (sapateiros, pedreiros...) e conhecidos pelos "Pandilhas". Pouco depois e como resposta, apareceu o Sport Lisboa e Arronchense popularmente chamado de Maravilha, fundado e frequentado pela classe mais pobre, cujos sócios se dedicavam ao futebol e tinham a alcunha de "Martuntos".

É certo que a riqueza do movimento com origem no período Republicano se foi perdendo e a vida cultural conheceu um decréscimo significativo; mas se escrevessemos a história de todas estas Associações, encontraríamos também uma longa e rica lista de realizações no desporto, na cultura, no ensino (foi aqui que muitos adultos aprenderam a ler pela carolice dos seus directores). Convém realçar que após o 25 de Abril, algumas destas Associações saíram dum certo

marasmo que era allás, característico da própria sociedade, surgindo outras para em conjunto se tornarem factores e agentes do desenvolvimento local, levando jovens e adultos a participar na resolução de problemas, na criação de várias secções, na promoção e concretização de muitas iniciativas, partilhando entre eles, os seus desejos, as suas ansiedades e também as suas arrelias. Era uma azáfama constante e a tentativa de construir muito em pouco tempo, foi bom de viver e de aprender.

Estes clubes, de cariz popular apesar de não receberem qualquer apoio da Administração Central, continuam a afirmar-se como células insubstituíveis da dinâmica social e cultural desta comunidade. Ora, quem melhor que o clube pode desempenhar uma acção formativa e humanizadora junto dos jovens e ao mesmo tempo contribuir para a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos?

É evidente que os problemas são muitos e graves; os dirigentes vivem em constante angústia face aos limitados meios que possuem, a quotização é baixíssima (30\$00) de média por mês e arranjar fundos é por vezes fazer autênticos milagres.

Entretanto este nosso cantinho alentejano envelhece e desertifica-se a cada passo; o panorama não é de facto o ideal, mas vamos procurar não baixar os braços e aproveitando e rentabilizando os recursos humanos existentes e tendo como parceiros privilegiados as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia, é possível criar exemplos de prática desportiva/cultural, capazes de traduzir novas formas de vitalidade das comunidades. De facto sem o apoio do Poder Local, as Colectividades transformar-se-iam em tabernas ou restaurantes e sem nenhuma dinâmica cultural.

Para terminar, parece-me justo referir a importância deste Encontro, o primeiro que se faz no nosso Distrito, como espaço de debate, reflexão e formação e que não deixará por certo de concluir que o Movimento Associativo desempenha e continuará a desempenhar sem sombra de dúvida, uma função social insubstituível e que a desaparecer tornará mais pobres, tristes e isoladas estas pequenas comunidades.

Penso também que este Encontro foi o lançar de uma semente que, estou certo, não deixará de crescer, de se desenvolver e de dar frutos, num futuro não muito longínquo.

Daniel Balbino - Professor e Animador Sócio-Cultural e Desportivo



CASA DE CULTURA DE AVIS

CASA DE CULTURA DE AVIS, UMA EXPERIÊNCIA

Minhas senhoras e
meus senhores

Por estranho que vos possa parecer, ou talvez não, mas nalgumas conversas que mantive com diversas pessoas, logo que o tema fosse este 1º Encontro de Acção Cultural, não raras vezes reparei que o mesmo suscitava, invariavelmente, uma inflexão na dinâmica da conversa, resultando, quase sempre, numa apreciação pouco atenta e fugidía. Estas atitudes comportamentais, bem como outras manifestações de desinteresse que por diversas vezes tive oportunidade de constatar aquando de iniciativas de índole cultural promovidas, ainda recentemente, pela Casa de Cultura de Avis, levam-me a concluir que o nível sócio-cultural da sociedade não tem evoluído a um ritmo comparável ao desenvolvimento económico que o pós 25 de Abril registou.

Sendo a nossa região uma das mais atrasadas da Europa, é com redobradas dificuldades que as associações culturais conseguem sobreviver. A Casa de Cultura de Avis que se formou em 1976, logo conseguiu dinamizar um grupo de jovens que encetaram um trabalho pioneiro no campo do associativismo cultural, dado que o projecto era ambicioso e procurava abranger diversas áreas de intervenção: teatro, jornalismo, fotografia, cinema e outras actividades tais como xadrêz e damas.

A quase vinte anos de distância é hoje possível, e depois de



CASA DE CULTURA DE AVIS

meia dúzia de anos de intensa actividade, fazer uma breve análise ao trabalho então desenvolvido, projectando, ao nível social, os consequentes resultados.

Constata-se pois, e por comparação com a amorfa vontade participativa das pessoas hoje em actividades semelhantes, que há quinze ou vinte anos atrás existia uma enorme vontade de participar, de querer fazer, de opinar, contribuindo assim para uma dinâmica associativa que garantia uma actividade rica em ideias, quantas vezes animada de vivo e intenso debate.

O trabalho participativo, no seio da associação, fluia e os resultados eram compensatórios do esforço dispendido, dado que as salas enchiam para assistir a um espectáculo de teatro, a modesta folha de jornal era publicada regularmente, embora não se assumindo como um verdadeiro jornal conseguiu, na altura, romper com um silêncio informativo de algumas décadas, as fotografias começaram a compôr-se de entre a escuridão do laboratório, sendo ainda hoje testemunho dessa época e que procuraram retratar toda uma dinâmica social nos seus múltiplos aspectos e o cinema, para referir mais uma das áreas do trabalho desenvolvido, procurou abrir uma frente de batalha na guerra contra a pornografia e a violência que na época assaltaram os écrans das nossas salas de espectáculos, assumindo a projecção de filmes de qualidade.

Da experiência então vivida queremos hoje olhar para o futuro, uma vez que o presente faz-se com grande alienação da vivência cultural, onde o individualismo impera e por conseguinte o associativismo reflecte todo o desinvestimento que a sociedade assume como consequência às evidentes carências económicas que são, à partida, factor psicológico altamente negativo à postura que o homem deve ter em relação ao seu semelhante.



CASA DE CULTURA DE AVIS

Daqui resulta um segundo aspecto que não poderemos descurar e que é relativo ao financiamento das associações para fazerem face às despesas que estão inerentes ao seu funcionamento. Pois se vivemos uma crise de valores, a ela se associa uma de cariz meramente económico, pelo que teremos hoje de levantar a seguinte questão: quem paga a cultura que precisamos de ter? Sendo certo que o investimento que teremos de fazer não pode ser exclusivamente garantido pelas entidades oficiais, como poderemos desenvolver acções de mecenato, componente financeira alternativa defendida, assumida e desenvolvida por diversas instâncias, quando vivemos numa região onde os poucos agentes económicos existentes definham perante a crise?

Diante deste quadro e nunca esquecendo a especificidade de vivermos numa região do interior, julgamos ser necessário encarar este problema num âmbito mais alargado, uma vez que a vida do homem é essencialmente uma interactividade de emoções e onde faz cada vez mais sentido falar de um todo. Temos pois que dar peso à nossa região para, com justeza, reclamar-mos um apoio que passe pela economia, obrigatoriamente, mas que não deverá, obrigatoriamente, de esquecer a componente educacional e cultural, entre outras, dos cidadãos.

Pensamos que só com um desenvolvimento integrado e harmonioso da sociedade, onde a competição feroz que hoje salta dos campos de futebol, por exemplo, e invade ruas, casas, empregos, escolas, invade tudo e todos, tenha uma proporção mais equilibrada e menos degradante, é possível realizar com êxito um verdadeiro associativismo que contribua para o convívio são das pessoas, onde o diálogo, a franqueza, o companheirismo, a solidariedade tenham sentido e aconteçam, para que possam realizar verdadeiras festas de cultura e amizade.

Este 1º encontro de Acção Cultural, surge, pois, numa altura



CASA DE CULTURA DE AVIS

e num local onde é mais necessário, ao que não será certamente alheio o facto de ser promovido pela Escola Superior de Educação de Portalegre, entidade dinâmica e atenta às realidades da região, à qual aderiram as autarquias locais e associações que assim enriqueceram a iniciativa e que no conjunto testemunham que a região está viva.

É pois necessário unir esforços no sentido de que destes três dias de trabalho nasça a esperança de que melhores dias viam, com o nosso trabalho. Os alentejanos merecem-no!

Disse.

1º Encontro de Acção Cultural do Distrito de Portalegre

Painel I - ARTES OFÍCIOS E TRADIÇÃO

ARTESANATO E A SUA PRESERVAÇÃO

Ideias Base

- . O ARTESANATO É a técnica tradicional em movimento
- . Cada artesão recria temas, técnicas, materiais, dando-lhe o seu cunho pessoal (movimento)

- . Defender, promover e divulgar as actividades artesanais ou as técnicas tradicionais é guardar testemunho histórico - cultural do passado das comunidades ao mesmo tempo que se preparam novas gerações para continuarem a, memória viva de um povo...

- . Pensar na criação de circuitos comerciais que permitam a valorização e divulgação de um produto final carregado de significado cultural, artístico, decorativo, gastronómico ... é fundamental para a sobrevivência material de "artes" que atravessam problemas de desaparecimento

A cultura entendida no seu significado mais amplo como marca identificável da comunidade é a base para qualquer mudança que se pretende profunda e duradoura, temos a obrigação colectiva de preservar essa riqueza comum a todos, transmitindo-a como algo vivo às gerações vindouras.

O nosso riquíssimo património histórico-artístico e natural encontra-se num processo progressivo de degradação e abandono pelas mais variadas causas, entre elas afigura-se como principal a carência de estruturas de conservação e defesa, cujas actuações solidárias deveriam estar ligadas com as necessidades sociais específicas de cada região (Município/Associação de Municípios, regiões turístico-culturais...).

Reconstruir tudo o que não se conservou durante vários séculos, é tarefa árdua, paciente e na maioria dos casos impossíveis, há necessidade de programar, e mais que tudo, estabelecer prioridades consoante cada município, associações de municípios. Há que ter em conta que as actuais divisões dos termos municipais não respeitam, nem delimitam as realidades culturais regionais, razão pela qual se devem incentivar programas conjuntos inter-municipais que ajudem a caracterizar melhor as unidades geográfico-culturais de actuação, seleccionando as prioridades que cada concelho deve dar à preservação do seu passado, inserindo essa actividade nos objectivos de caracterização regional, fazendo ao mesmo tempo ressaltar o que de mais característico se foi conservando em cada município.

É dentro deste plano de opções que se devem estabelecer os pólos de "ensino oficial/técnicas tradicionais/ ateliers" a desenvolver em cada região, distribuindo-os racionalmente pelas diferentes sedes concelhias, em função dos artesãos e técnicos

dispostos a integrar os diferentes módulos de aprendizagem, bem como de um programa de redistribuição participada dos meios a investir.

A evidente preocupação social como o desemprego, atingido com particular incidência os sectores mais jovens da população, indicam a necessidade de se implementar uma política de emprego com visão de futuro que se ocupe prioritariamente dos jovens, fomentando a sua formação e futura contratação mediante uma série de medidas que conduzam à criação de postos de trabalho. Os grandes modelos de desenvolvimento industrial, rígidos centralizados, deverão ceder terreno frente a programas ocupacionais "não massificados", que com um seguimento cuidado, mediante uma formação especializada apoiada em actividades práticas, procure criar postos de trabalho em áreas até hoje consideradas minoritárias pelas suas características artesanais ou marginalizadas pela crescente massificação das novas tecnologias.

Os programas a criar, não só devem pretender recuperar uma série de técnicas e conhecimentos quase sempre "desvalorizados", mas também actualiza-los procurando o desenvolvimento equilibrado, integrado-se em unidades geográfico-culturais, procurando combater o despovoamento e o abandono de recursos que racionalmente explorados possam contribuir para o sustento condigno de sectores das comunidades.

Uma das componentes essenciais do programa de recuperação de ofícios artesanais em vias de desaparecimento, que podem voltar de novo a ser úteis quando "modificados" os factores socio-económicos e os critérios culturais que contribuem para a sua marginalização. Como por exemplo poderão constituir os crescentes investimentos na reabilitação arquitectónica, a conservação e melhoramento dos centros históricos urbanos, assim como a sensibilização para a defesa e conservação do meio ambiente abrem vias para a inserção profissional nestas actividades.

Por isso o âmbito da reabilitação arquitectónica em centros históricos, bem como a animação cultural que se encontra adjacente requiere procedimentos e tratamento em ofícios da arte e artesanato tradicional, particularmente canteiros, carpintaria de estruturas, pedreiros e algumas actividades de forja, juntamente com actividades complementares de estuador, pintor, electricistas e canalizadores.

Por outro lado no meio natural, necessitam-se de novas profissões, dada a crescente mudança de mentalidade operada na sociedade, sensibilizada ante a degradação progressiva meio-ambiental. A formação de pessoal especializado que desde uma perspectiva de conservação contribuam para um aproveitamento racional dos recursos naturais, conjugando-se as necessidades de desenvolvimento com a qualidade de vida.

Em cada um dos diferentes módulos de formação deve-se procurar que o trabalhador-aluno adquira conhecimentos e técnicas que conjuntamente permitam uma acção globalizante e inter-disciplinar na área da reabilitação e conservação dos conjuntos monumentais urbanos, arquitectura tradicional/rural e meio natural. Ainda que o trabalhador-aluno proceda à sua especialização num ofício determinado deve conhecer também as tarefas e disciplinas necessárias à reabilitação e conservação do património cultural e natural.

PRINCIPAIS OBJECTIVOS DE UM PROGRAMA COM AS CARACTERÍSTICAS ENUNCIADAS:

1- Formação de técnicos especialistas em profissões demandadas pelo mercado de trabalho nas diferentes profissões artesanais, muitas delas em vias de desaparecimento, pelo que em circuitos comerciais bem dimensionados, pode prever-se uma oferta de emprego cada vez maior ex: canteiros, marceneiros /as, carpinteiros/as ladrilhadores/as,

oleiros/as, sapateiros/as, talhadores/eiras (madeira, cortiça etc...), fabrico de especialidades gastronómicas produzidas artesanalmente seguindo receituário tradicional etc...

2- Integração e inserção profissional de jovens desempregados, com formação profissional ou não (insucesso escolar), proporcionando-lhes formação prática e experiência em actividades reais que lhes possibilite uma saída para o mercado de trabalho, como assalariados, autónomos ou em regime cooperativo, tanto no âmbito da conservação e reabilitação do património natural e cultural como nas áreas da construção em geral.

3- Revalorização das actividades e ofícios artesanais e tradicionais, tanto a nível social como desde a vertente ocupacional (profissional), mediante a leccionação de cursos com conteúdos formativos rigorosos que confirmam um título profissional que permita competir no mercado laboral português ou comunitário (existem componentes deste ensino em vários países europeus, nomeadamente em Espanha no seio do programa de "ESCUELAS TALLER Y CASAS DE OFICIO").

4- Caracterização e implantação das novas profissões ligadas ao meio ambiente e à qualidade de vida como instrumento eficaz e permanente da conservação e protecção da natureza, ex: cursos de formação de guardas-ambientais, "patrulhas verdes", jardinaria especializada, guias de turismo rural e ambiental etc...

5- Promoção e difusão das tarefas de reabilitação e conservação do património, tendo como objectivo a sua divulgação e preservação junto das comunidades e amplos sectores da sociedade, tendo como importante polo difusor o seu sector mais jovem e dinâmico.

6- Actuar como suporte de diferentes actividades culturais, formando o embrião de futuros centros municipais estáveis na dinamização de emprego e na defesa e conservação do património municipal e regional onde se encontrem situados os futuros centros de formação.

7- Dinamizar o aperfeiçoamento dos professores e monitores mediante a organização de encontros de comunicação periódica de experiência, e o acompanhamento com cursos intensivos que possibilitam a sua constante actualização técnico-pedagógica.

O ARTESANATO NO CONCELHO DE MONFORTE

A riqueza artesanal do Concelho de Monforte foi no passado uma realidade.

Hoje, restam-nos autodidactas, alguns dos descendentes dos "grandes mestres" já numa camada etária bastante avançada e com o seu desaparecimento acabará o que nos resta ainda hoje: As belas peças em bunho, vime, cortiça, madeira e corno normalmente bordadas com desenhos geométricos onde podemos verificar ainda um pouco das influências árabes que tanto marcaram ao alentejanos e os algarvios.

Temos a lamentar já o desaparecimento dos curtidores de peles que existiam na freguesia de Monforte e de St.º Aleixo. Há cerca de 40 anos atrás em St.º Aleixo estavam três casas a funcionar que, com mais ou menos pessoal se dedicavam aos curtumes, fabricavam samarras, safões e outros artigos em pele de ovelha. A lamentar temos também o desaparecimento dos tão famosos e conhecidos ferreiros, reconhecidos pela sua habilidade que demonstraram no modo como trabalharam o ferro.

Consciente desta realidade tem a Câmara Municipal de Monforte nestes últimos anos, vindo dentro do possível e limitações existentes, apoiar todo e qualquer tipo de artesanato ainda existente, estimulando os artesãos com:

-Exposições/Feiras de artesanato a nível Concelhio.

-Proporcionar a participação destes em outras iniciativas do género noutros locais.

-Divulgação do nosso artesanato em representações do nosso Concelho no exterior.

-Aquisição do artesanato que os artesãos produzam e queiram vender.

-Exposição/venda permanente posto de Turismo da Câmara Municipiapl.

-Apoio logístico a uma pequena empresa que desde 1991 se instalou em Monforte, trabalhando em vários tipos de pele dando assim, de certa forma, continuidade à já anterior tradição, mantendo 6 postos de trabalho fixos até hoje.

Contudo, está esta edilidade preocupada com o futuro do artesanato neste concelho. Quem sucederá a estes artesãos se os seus próprios descendentes não manifestaram o mínimo interesse em dar-lhe continuidade!

A Câmara Municipal não pára de tentar proporcionar incentivos. Tem propostas que o futuro se encarregará de esclarecer!

-A. Diegues para o Gabinete de História da C.M.M

-Teresa Cunha Sardinha

I ENCONTRO DE ACÇÃO - CULTURAL DO DISTRITO
DE PORTALEGRE

PAINEL:

ARTES; OFÍCIOS E TRADIÇÕES

TEMA:

" O PAPEL DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA RECUPERAÇÃO
DAS ARTES TRADICIONAIS "

COMUNICANTE:

PROF. JOAQUINA MARIA ESPADINHA RAMOS

(COORDENADORA CONCELHIA DE EDUCAÇÃO RECORRENTE/AVIZ)

Joaquina Maria Espadinha Ramos

O PAPEL DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA RECUPERAÇÃO DAS ARTES TRADICIONAIS

Sendo a **Educação Recorrente** o organismo que tem a responsabilidade educativo-comunitária a nível da população adulta, com programação e currículos específicos para a alfabetização e dinamização sócio-cultural implícita a toda uma rede de cursos de 1º / 2º e 3º Ciclos e de cursos extra-escolares, é-lhe afecto um envolvimento directo com a camada comunitária mais deficiente quer a nível educativo-cultural quer a nível sócio-económico.

Considerando a quase inexistência de especificações técnicas profissionalizantes no sector primário e o atrofiamto gradual do leque de actividades agrícolas sazonais, que permitam o recurso laboral de uma grande percentagem da população rural activa, aliado a uma taxa de analfabetismo muito elevada somos confrontados no âmbito das actividades da Educação Recorrente, a gerir os recursos locais existentes plausíveis de desenvolverem e capacitarem apetências laborais que possam dar resposta a toda uma situação de desempregabilidade comunitária.

Neste contexto, em 1992, a Educação Recorrente e o Instituto de Emprego e Formação Profissional efectuaram um protocolo interactivo de modo a serem criados e desenvolvidos cursos Sócio-Profissionais os quais permitem dar resposta a necessidades educativas e formativas em simultâneo.

Em função desta situação a Coordenação Concelhia de Educação Recorrente de Avís elaborou um projecto para a formação de um curso Sócio-Profissional em interação com o Centro de Emprego do núcleo de Ponte de Sôr de modo a integrar um grupo de doze participantes em situação de desemprego. Ao realizar o projecto curricular do curso foram determinadas prioridades de formação de modo a dar resposta a duas vertentes, nomeadamente:

- Formação Geral: assegurar a escolaridade mínima a nível do 1º Ciclo e uma formação de Língua Portuguesa a nível do 2º Ciclo a participantes do curso; proporcionar capacitações no do-

mínio cognitivo e prático de conhecimentos sobre Higiene e Segurança no Trabalho; consciencializar e alertar para o Património Cultural do Concelho e particularmente para o Património comunitário que são os Bordados à Mão executados tradicionalmente na Freguesia de Ervedal (local onde se realizou o Curso);

- Formação Técnica: aprendizagem da técnica dos Bordados à Mão com a recuperação de riscos antigos constituindo não só a valorização desta arte tradicional como ainda uma formação específica para a execução de uma actividade profissional conducente ao auto-emprego.

Presentemente este curso está em funcionamento com muito empenhamento por parte dos Serviços de Educação Recorrente, do Centro de Emprego e Formação Profissional, da Câmara Municipal de Avís e da Junta de Freguesia de Ervedal: As participantes são oriundas das freguesias de Avís, Ervedal, Figueira e Barros e Valongo. A nível de Formação Geral duas frequentam o curso de 1º Ciclo nocturno, cinco tem formação a nível de Língua Portuguesa de 2º Ciclo, uma frequenta o curso de 3º Ciclo por Unidades Capitalizáveis e as restantes quatro recebem actualização de conhecimentos. Francamente positivo tem sido a capacitação deste grupo na aplicação e execução de trabalhos e na divulgação que se tem feito sobre a importância dos Bordados à Mão como um Património e uma Arte Tradicional em função de uma resposta de trabalho individual para permitir uma situação de emprego. São sete horas diárias, semanalmente, de ocupação formativa num total de 575 horas. Estamos certos de dificuldades inerentes ao mercado comercial mas também nessa área a formação profissional tem tido um papel de informação e dinamização de estratégias e procedimentos adequados. Estamos de igual modo conscientes da necessidade de proceder a actividades de sensibilização entre os vários Serviços cooperantes noutros cursos que possam ser concretizados em função da recuperação de Artes Tradicionais passíveis de por si próprias colmatarem lacunas laborais existentes na comunidade local.

Há urgência em "alfabetizar" a formação cultural que pretendemos gerir de modo a sensibilizar comunidades deficiárias na recuperação de valores artesanais que lhes permitem assegurar o auto-emprego.

Este é um curso Sócio-Profissional que além de permitir níveis de escolaridade académica, recupera o artesanato tradicional dos Bordados à Mão e proporciona a formação laboral no domínio dessa actividade manual.

ARTES

e

Qui

ARTES E OFÍCIOS

DA SUA HISTÓRIA E REALIDADE EM MONTARGIL"

No sentido etimológico, OFÍCIO abrange tudo quanto se faz de construtivo e de utilidade.

Nos documentos que servem de fonte à história de Portugal a palavra aparece com esse significado lato, mas vai-se restringindo a pouco e pouco, até se fixar para dizer cargo ou função pública.

Com o andar dos tempos, ofício passou a significar o MESTER. Foram então formadas corporações e postas ao serviço do Estado e dos Municípios.

A partir do Século XV, o termo Mester foi sendo gradualmente substituído como significado de profissão mecânica e se refugia na categoria de um cargo importante.

O uso generalizado da palavra ofício-come actividade profissional dos mecânicos-coincide com o aperfeiçoamento da organização destes.

Há ofícios que se podem considerar básicos no decurso da nossa história: O Sapateiro, o Alfaiate, o Tecelão, o Carpinteiro, o Ferreiro, o Ourives, o Oleiro, o Padeiro, o Pescador, o Almocreve, o Lavrador, o Moleiro e o Hortelão.

Ao longo dos anos, muitos dos ofícios novos que surgem com as moedas desaparecem com elas.

ENCONTRO COM A REALIDADE

E hoje o que é que encontramos?

A realidade em Montargil é a seguinte:

LATOARIA

O sr. Armando Varandas, trabalha em artigos Tradicionais como em outros que evidenciem criatividade.

Ele, que é um artista e vive da actividade, tem sido incansável procurando caminhos. E por mais de uma vez tem afirmado a necessidade de continuadores.

BARBEIRO

A barba começou a fazer-se em casa, o corte da cabelo também. E quando tal não acontece os cabeleireiros vão marcando pontos.

O barbeiro, onde durante muitos anos as "gentes" locais se encontravam para trocar novidades foi...desaparecendo.

FERRADOR

A mecanização dos serviços veio determinar a necessidade de menos bestas. Que no entanto não desapareceram totalmente, o que implica a existência de quem as ferre. E por Montargil só o Sr. Augusto "Ferrador" isto esporadicamente exerce o ofício.

SAPATEIRO

Com o calçado fabricado em série, as lojas de sapateiro foram desaparecendo, não havendo um único sapateiro a tempo inteiro, como não existe um único aprendiz. O Augusto Prates quase não trabalha devido a doença e o Abel Ferreira depois de se reformar de uma segunda actividade que teve de arranjar, lá vai fazendo uns biscates.

O Rancho Folclórico de Montargil, para satisfazer as suas necessidades, tem mesmo que se deslocar à vizinha Vila de Cabeção(20 kms) onde o senhor João Alexandre, sem aprendiz e ajudado pela mulher, não tem mãos a medir.

Não admira pois que um par de sapatos custe 15.000\$00.

ALFAIATE

O exemplo do sapateiro, serve para ilustrar o de alfaiate. O senhor João Maria reformou-se, fechou a oficina, e lá vai servindo um ou outro amigo, nomeadamente o Rancho Folclórico de Montargil.

Quanto a seguidores, nem pensar. Segundo a maioria dos alfaiates contactados, o pronto a vestir resolve hoje as necessidades, dado as novas tecnologias.

Neste ponto, o Mestre João Maria discorda, pois considera que os sapatos não vestem tão bem.

FERREIRO

Outra actividade que tende a desaparecer, e que em Montargil "como artesanato" está dependente de uma família, cujos filhos escolheram outros caminhos. Não há qualquer aprendiz.

Falamos da família Macedo, fazedores entre outras coisas de enxadas e machados(as) que na região criaram fama.

VERGA E VIME

Como Artesão, o senhor Álvaro Lourenço da Silva é o único que se dedica, não a tempo inteiro, aos trabalhos de Verga e Vime.

Muitos são os trabalhos por ele efectuados, desde as cestas...aos abajures. E até nos confidências que é uma actividade rentável, não dando origem às encomendas que lhe são feitas.

OUTRAS ACTIVIDADES

O senhor Anibal de Oliveira Vicente, vai fazendo maravilhas em madeira. Trabalhos a nível dos "Bordados" e "Corte e Costura" ainda se vão fazendo, mas...tudo vai desaparecendo.

* * * * *

Não esquecendo que o mundo se vai transformando, e que o binómio Técnica/homem cada vez está mais interligado, não poderemos também ignorar o potencial(inaproveitado) que constitui-quer como factor Cultural, quer como ainda factor Profissional as nossas ARTES E OFICIOS, pois as mesmas são sinónimo de património, e o seu aproveitamento poderá ser gerador de postos de trabalho.

Agora que somos membros por direito próprio da Comunidade Europeia, onde as "barreiras" não têm lugar(!), há que tentar preservar a nossa Identidade Cultural, uma "riqueza" pertencente a todos nós, e que é para além da língua o único garante das diferenças de um POVO.

Em Montargil, estas actividades correm o risco de extinção, consequência natural e em especial das novas Tecnologias.

Na arte de empalhar mochos e cadeiras, o Sr. João Pereira já nos deixou e o senhor Joaquim do Covão por motivos de doença não pode trabalhar. Haverá ainda quem do ofício algo nos possa transmitir? Pensamos que não, e... como estes outros vão desaparecendo.

Julgamos que uma posição sobre a matéria terá que ser tomada, conjugando os esforços das entidades Competentes (através da Formação Profissional) e da Comunidade (recorrendo com especial incidência às escolas).

Os cursos de formação a realizar, com incentivos aos mestres e a quem aprenda, deverão ter como condições, o garante da continuidade. Porque frequentar cursos apenas para receber uns tostões, como tanto acontece, na verdade não interessa. Depois... é urgente a constituição de uma Cooperativa, englobando as diversas vertentes do artesanato, planificando em função das respectivas realidades.

Sendo Montargil uma Zona Turística, uma aposta no Artesanato Local será certamente importante (em termos de divulgação/preservação e mesmo financeiros). No entanto, e salvo raríssimas exceções, o que se vai vendendo nada tem a ver com Montargil, essencialmente porque os respectivos motivos são alheios à comunidade.

PARA MEDITAÇÃO/REFLEXÃO

"CADA ARTESÃO QUE MORRE É UMA PÁGINA DA HISTÓRIA QUE SE FECHA"

MONTARGIL, MAIO/94

ANTÓNIO MENDES

Iº Encontro sobre Acção Cultural do Distrito
de Portalegre

"Revitalização da Arte Popular / Artesanato"

Portalegre, 13, 14 e 15 de
Maio de 1994

A arte popular, enquanto sinónimo da cultura dos povos, revela-nos todo o percurso do homem na luta pela sobrevivência e do seu enquadramento no meio.

Cada peça, e cada gesto que lhe está implícito, são o resultado do conhecimento de diversas gerações, que ao longo dos séculos foram transmitidos de pais para filhos. O valor, que lhe devemos atribuir é indiscutível, tendo em consideração o respeito que nos merecem os nossos antepassados, que constituíram o que nós somos e o que possuímos. Importa, preservar e adaptar aos nossos dias, para que tenhamos algo a transmitir às gerações vindouras.

Compete aos agentes locais promover, de uma forma integrada, o desenvolvimento, racionalizando os recursos e otimizando todos os meios possíveis, no sentido do equilíbrio dos sectores e da sociedade em geral.

É urgente, desbloquear incentivos à modernização do sector produtivo, não esquecendo a elevação do nível social e cultural das regiões.

Temos que lamentar, a tendência da nossa sociedade, na supervalorização do lucro. Numa política particular, ou mesmo geral de desenvolvimento regional, o investimento, não poderá ser o factor único a considerar, deverá sim constituir naturalmente um elemento estratégico essencial.

Regionalmente, compete-nos defender os nossos valores e as nossas potencialidades naturais.

É importante apoiar os nossos artistas, que embora incógnitos, fazem da nossa região um lugar pleno de coisas boas e que nos podem

e elevar no contexto nacional e internacional.

A olaria, os bordados, a salsicharia tradicional, a doçaria típica, o queijo, o mel, entre outros, constituem um leque variadíssimo de produtos genuínos e de qualidade, que podemos e devemos ter como referência da nossa região. São estes produtos que devemos rentabilizar. Ao mesmo tempo, é necessário promover a formação de pessoas, capazes de dar continuidade ao trabalho dos actuais artesãos, que na sua maioria, possuem idade avançada. Tem sido uma grande aposta da acção cultural da Câmara Municipal de Nisa, nos últimos anos, o incentivo do "saber fazer" e da criação de pequenas unidades produtivas de artesanato, as quais se aproximam já de três dezenas. Todavia, há um trabalho a desenvolver no sentido da manutenção destas unidades e paralelamente o " *fezer-saber* ". A divulgação e a promoção são fundamentais, bem como a organização interna do sector. Não basta fazer, e fazer bem, importa promover, para que estas produções sejam aceites pelo consumidor. Importa também, racionalizar o processo produtivo e conquistar novos mercados, incentivando a comercialização.

No ano anterior, o Município de Nisa teve também o privilégio de poder participar num programa de Troca de Experiências, no âmbito do artesanato, com dois Municípios da Comunidade (Paterno Calabro - Itália e Aubusson - França). Foi muito importante a troca de conhecimentos relativamente às estratégias desenvolvidas e a desenvolver com os artesãos. O estágio de desenvolvimento do sector na comunidade europeia, não é muito diferente do nosso. Os problemas são idênticos, embora em contextos económicos-sociais diferentes. A comercialização é o grande obstáculo a ultrapassar. Não podemos esquecer, no entanto que a produção e o consumo têm uma correspondência directa, pelo que temos provar que o artesanato é útil, tem funcionalidade e qualidade.

Por último, gostaria de referir que, a revitalização do artesanato depende de todos nós, da forma como lidamos com os nossos artistas e como usamos os nossos produtos, mas também da importância

que os responsáveis nacionais e regionais devam ao sector nas suas políticas de desenvolvimento.

Maio de 1994

Carmo Vieira Louro

GRUPO DE PROMOÇÃO

--um projecto de intervenção cultural

O associativismo em MONTARGIL terá nascido nos finais de 1800 com a primeira Banda de Música, fundada pelo professor Rufo Freire de Andrade e terá terminado na sua expressão mais tradicional com o ainda recente encerramento da Sociedade Artística Montargilense. Em todo este espaço de tempo, este movimento teve momentos de grande fulgor, e a sua dinâmica terá mesmo assentado na vitalidade de sectores diferenciados da vida social local. Foram os "azuis" e os "amarelos", de que temos ouvido falar, foram mais tarde a "sede" e o "grémio", com este a prolongar-se na já citada Sociedade Artística. Entretanto, e quando esta, de largas tradições, já agonizava---era já latente o individualismo--ocupando embora outro espaço é constituído o GRUPO DE PROMOÇÃO--essencialmente um projecto de intervenção cultural. E para cujos responsáveis, o fenómeno desportivo também o é cultural, porque defensores de um desporto/cultura/educação.

Trata-se, como dissemos já, de um projecto de intervenção cultural, e que assente em dois factores fundamentais:

1º)-São seus sócios, por conseguinte integrantes do projecto, TODOS--e repetimos-TODOS, mas no entanto e APENAS os que no âmbito do mesmo tiverem uma actividade cultural, desportiva ou científica regular.

2º)-Tudo começa na Escola--ou em idade escolar--ao serviço da qual devem ser colocados os saberes dos mais idosos.

E explicamos:

No primeiro caso, a realidade local--e não só, refira-se--ensinou-nos que num projecto como este, o tradicional e apenas sócio pagante poderia vir a ser nocivo, quando na procura de outros objectivos que não do interesse da comunidade. E o quotidiano está cheio de exemplos. Que fique no entanto bem claro, que não se contesta a existência das populares e tradicionais sociedades recreativas. Mas o GRUPO PROMOÇÃO, sendo embora uma associação, constitui no entanto um diferente projecto.

No segundo caso, entende-se que apenas e em determinadas situações, uma comunidade pode ou deve ser escalonada por grupos etários. E isto, porque uma comunidade não o será se espartilhada em sectores de idades, e porque a velhice não pode ser encarada como o fim da vida, antes como o momento da mesma em que aos mais novos se devem transmitir os saberes apreendidos.

E assim, nesta linha de pensamento nascem o GRUPO TRADIÇÕES, o GRUPO DE REALEJOS e o GRUPO DE CONCERTINAS. O primeiro fazendo demonstrações de actividades e fainas campestres, os outros dois preservando e divulgando os respectivos instrumentos populares e mesmo tradicionais, reavivando e dando a conhecer "modas" e "peças" de raiz folclórica.

Acontece no entanto e agora, que os reflexos deste trabalho estará limitado no tempo se a ESCOLA não puder ou não quizer ser garante da sua continuidade. E é precisamente a vivência da Escola com estes Grupos que no momento estamos propondo, até como suporte de uma OFICINA DE INSTRUMENTOS TRADICIONAIS--naturalmente que a funcionar fora das aulas habituais, num plano pedagógico em consonância com os respectivos professores e sob orientação dos componentes dos grupos citados, alguns dos quais já reformados.

Refira-se, entretanto, que o GRUPO DE PROMOÇÃO SÓCIO-CULTURAL DE MONTARGIL é formado por um conjunto de "grupos de trabalho", cada um dos quais específico de determinada área, e que embora aberto a todas as vertentes culturais, privilegia a cultura tradicional, por considerar que pela sua defesa passa necessariamente o garante de uma identidade, que nos define e caracteriza, e de que não podemos nem devemos abdicar.

E é assim que o RANCHO FOLCLÓRICO, que inclusivamente tem uma "escola" a funcionar, assenta a sua actividade num cuidado trabalho de pesquisa. É ainda assim que o GRUPO MENSAGEM DE TEATRO, neste momento a preparar o seu reaparecimento, numa fase imediata se preocupará com o teatro rural, numa procura de vivências que tenham a ver com as nossas maneiras

de ser e de estar.

É evidente, que este princípio não significa oposição a outras vertentes, casos do GRUPO CANTAGIL a reaparecer, depois de há cinco anos ter parado para não colidir com o crescer da Escola de Música que então, autónomamente e com o nosso apoio se constituía; casos ainda do GRUPO SEARA NOSSA, em fase de organização, como igualmente acontece com o CORAL INFANTIL.

São os casos ainda, do NÚCLEO DE CIÊNCIA, um projecto antigo mas que só agora tem pernas para andar, e que numa zona em que o turismo rural é futuro, se vai preocupar com a qualidade das águas que o mesmo vão servir; e ainda do IMPRENGIL, um serviço de imprensa e divulgação cultural, que a dezenas de jornais regionais está levando o interesse pela cultura.

É evidente, e é bom que se diga, que não tudo são rosas no desenvolvimento deste projecto de intenções. Por exemplo, a ideia de que quem sabe ensina a quem deseja aprender não teve a pretendida adesão na proposta de revitalização do nosso Artesanato. E também aqui e agora, a esperança reside na Escola. Quando, e é bom que se diga, começa já a ser tarde-- --mas ainda a tempo.

No plano desportivo, e em devido tempo, o GRUPO PROMOÇÃO apresentou às entidades competentes um PROJECTO resultante de um estudo feito às realidades locais. E que contempla essencialmente as modalidades que considera básicas (atletismo, ginástica e natação), as modalidades determinadas pelas potencialidades locais (vela, remo, canoagem), os jogos tradicionais (que se podem ainda enquadrar no sector de etnografia e folclore) e ainda a organização de um CENTRO DE FORMAÇÃO E INICIAÇÃO. Projecto que naturalmente exige a participação de várias entidades e associações, num trabalho planificado à distância. No momento, e perante o imobilismo que no desporto se verifica localmente, vai avançar-se com a parte respeitante à formação e à iniciação, desde que a ESCOLA e as AUTARQUIAS correspondam.

Poderemos, pois, afirmar, que o desenvolvimento de uma terra, de uma comunidade, passa necessariamente pelo congregar dos diversos sectores sociais, passa pela defesa da sua cultura, tem por base o encontro da ESCOLA com o MEIO, como garante da não perda de identidade--no que é fundamental o saber apreendido pelos mais idosos.

No caso concreto do GRUPO DE PROMOÇÃO, a defesa do princípio de que todos somos Montargil, quer se nasça ou viva numa das ruas da vila, numa das suas aldeias, num dos seus montes ou vales.

LINO MENDES